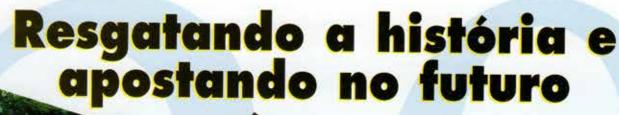
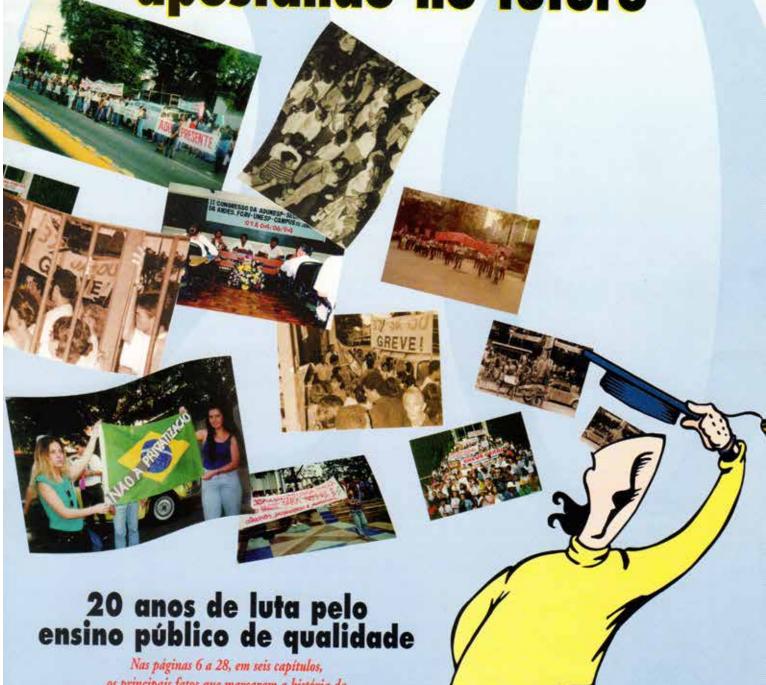


A Universidade em debate

Por Américo Kerr, Cândido G. Vieitez e José Maria de Almeida

Páginas 29 a 33





Nas páginas 6 a 28, em seis capítulos, os principais fatos que marcaram a história da Associação dos Docentes da Unesp



Revista Adunesp é uma publicação da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical. Alameda Santos, 647, São Paulo, fone (011) 252-0468.

Diretoria Executiva biênio 94/96: Emanuel Rocha Woiski, Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, Osvaldo Gradella Jr., Vera Lúcia Simões Silva, Augusto Tsutiya e Antônio Luís de Andrade.

> Jornalista responsável: Bahiji Haje (Reg. 19.458) Projeto gráfico: Comunicare

> > Capa e ilustrações: Karmo

Revisão: Marisa Ramazotti e Selma Coelho Colaboração: Isabel Carvalho, Luelui Andrade e Márcio José de Castro

Apresentação

s universidades públicas nunca estiveram tão ameaçadas, não apenas externamente pelos reiterados ataques dos governos estaduais e federal, mas também internamente pela atuação de administrações irresponsáveis que, apesar de se arvorarem em defensores do ensino público de qualidade, vêm impondo deliberadamente um grave processo de sucateamento e destruição destas instituições.

Os atuais administradores das universidades, fiéis à lógica do pensamento neoliberal, além de optarem por medidas de terceirização, flexibilização do regime de trabalho e de transformação da política de extensão em um balcão de venda de serviços, têm ainda deliberada e friamente imposto um arrocho salarial sem precedentes, privilegiando recursos de custeio e investimentos em medida tal que vem induzindo os docentes - aqueles que o podem, é claro - à busca individualista e desesperada de complementação de seus aviltados salários, muito às custas da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão como atividades precípuas e indissociáveis das universidades públicas.

Dessa forma, a perversa influência do ideário neoliberal pode ser denotada pelo desenvolvimento de um exacerbado individualismo que, diante do quadro exposto anteriormente, encontra espaço propício no meio acadêmico para se implantar e se desenvolver, com sérios reflexos sobre a vida universitária como um todo. De fato, as esquálidas mobilizações dos docentes, seja na luta pela LDO/97 na Assembléia Legislativa, quanto na justa greve por uma melhoria salarial, por mínima que resultasse, assim como a crônica e sistemática dificuldade no preenchimento de cargos que, embora de interesse comunitário, não envolvem remuneração nem prestígio pessoal, representam sintomas evidentes de um fenômeno de desmantelamento do coletivo organizado e de abandono da função social da universidade, tidos como conceitos "ultrapassados e retrógrados", em tempos de modernidade globalizada.

Até mesmo nos espaços institucionais da universidade, nos órgãos colegiados em geral, fundamentais à vida e ao funcionamento democrático, quando estes não são cotidianamente desrespeitados em suas deliberações por imposituras imperiais, não conseguem sequer acumular forças para a defesa coletiva da democracia na universidade, seja do ponto de vista político ou administrativo.

Nossos principais dirigentes têm capitulado frente às investidas que ameaçam a autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades públicas paulistas, aceitando veladamente a ingerência federal ou estadual no momento mesmo em que deveriam sair em sua defesa intransigente. Desalenta-nos o fato de que continua permeando a vida universitária, travestida de interesse público, a mais deslavada prática de acordos com interesses e conveniências, verdadeiras políticas de ocasião.

A mais recente ameaça à autonomia universitária, a ilegal intromissão na eleição dos dirigentes das universidades públicas, parece estar sendo acatada passivamente pela comunidade, principalmente entre aqueles que foram eleitos para supostamente administrá-la e defendê-la, como algo inexorável, uma realidade já imposta e contra a qual não faz sentido algum lutar ou resistir. Esta postura, no que diz respeito em especial à Unesp, joga no lixo, em troca de pretensões eleitoreiras, toda uma luta de mais de vinte anos pela construção de uma universidade e de um estatuto democráticos, documento este, aliás, alardeado como o mais avanços dentre as universidades paulistas.

Ao sindicato público - descomprometido de interesses espúrios e bairristas - tem cabido o papel de resistência e denúncia deste estado de coisas, bem como o papel de buscar impedir

o desmantelamento do coletivo e de organização da luta pela autonomia e democracia hoje, como nunca, ameaçadas.

Mesmo com todas as dificuldades, a diretoria que ora encerra a sua gestão à frente da Adunesp enfrentou os desafios que lhe foram colocados, coerente com os princípios da carta-programa originalmente apresentada à comunidade em 94. Dentro daqueles princípios, atuou politicamente de forma responsável e intransigente em defesa da autonomia, da democracia e da transparência administrativa da Unesp; consolidou as finanças do Sindicato, com a implantação, em 10 das 13 Regionais, da constribuição sindical de 1% do salário dos docentes (sendo 0,5% para a Central e 0,5% para as Regionais, nos termos do II Congresso da Adunesp-SSind.); tornou possível a instalação de uma mínima estrutura mobiliária e computacional própria; garantiu minimamente a manutenção de diretores em São Paulo; contratou os serviços de uma jornalista "free-lancer", com cuja ajuda vem editando o Jornal da Adunesp-SSind. (o Adunesp Informa), enviado rotineiramente por mala-direta a todos os docentes. Este jornal, diga-se de passagem, vem se constituindo, desde o primeiro número, em um importante veículo alternativo de informação e debate, em contraposição ao arauto oficial da reitoria.

De fato, no ano de comemoração dos vinte anos da Adunesp-SSind., pode o Sindicato exibir uma organização administrativa bem encaminhada, mantendo, ao mesmo tempo, um elevado reconhecimento externo.

Quanto à campanha salarial de 96, mesmo não conseguindo alterar o índice de reajuste imposto pelo Cruesp até o momento, a Adunesp colaborou intensamente para a mobilização dos três segmentos - docentes, funcionários e alunos - durante uma greve de 20 dias, conquistando espaço externo e manifestações de apoio de várias câmaras municipais na defesa das universidades públicas. Ainda mais, o movimento rechaçou, na Assembléia Legislativa, as tentativas de implantação de uma emenda de ensino pago e do congelamento dos recursos do ICMS na LDO/97 e conseguiu a aprovação no CO de moções em defesa dos 11% e, juntamente com o Cepe e o Cade, de abertura de negociação do Cruesp com o Fórum das Seis, moções estas solenemente ignoradas pelo atual reitor.

Torna-se cada vez mais importante, em tempos de desmantelamento dos serviços públicos pelos governos federal e estadual e nas três universidades estaduais paulistas com a conivência e omissão dos nossos dirigentes, que o movimento comemore as destacadas vitórias desse ano.

Nesse contexto, deve-se, sem a menor dúvida, incluir o lançamento da revista da Adunesp-SSind., inédita na história do Sindicato e sonho longamente acalentado, fruto da sua maturidade e profissionalismo. A proposta da revista surgiu não apenas para celebrar os 20 anos da Adunesp, mas também com o objetivo de consolidar o Sindicato como legítimo interlocutor nas questões que envolvem o movimento docente, a Universidade e a sociedade, criando um espaço diferenciado das discussões academicistas e restaurando ao debate político o seu papel primordial, cada vez mais secundarizado e obscurecido pelo discurso hegemônico contemporâneo. Neste primeiro número, visou-se o registro do enorme e inédito esforço de resgate de 20 anos de história e de lutas da Adunesp-SSind., tempo este empenhado na construção e na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. A importância da proposta que norteou a escolha do tema deste primeiro número está baseada na firme crença de que somente a partir da análise e avaliação do passado, acumularemos as condições necessárias para que, neste momento onde se avizinha um grande retrocesso nas conquistas democráticas não só da Unesp, mas da universidade pública e gratuita, possamos projetar precisamente o futuro da Adunesp-SSind. e da própria Universidade.

<u>Índice</u>

Apresentação 3 e 4

Capítulo 1 - Surge a Unesp, nasce a Adunesp 6 a 9

Capítulo 2 - Fins dos anos 70: explode o movimento sindical

Capítulo 3 - Universidade antecipa "Diretas, já!" e exige democracia na sucessão

12 a 16

Capítulo 4 - Novos estatutos: avanços e retrocessos na democratização da Unesp 17 a 19

Capítulo 5 - As greves e manifestações que marcaram os 20 anos da Unesp 20 a 25

Final - A "universidade do possível" e os desafios no próximo período 26 a 28

> Universidade e movimento docente (Por Américo Kerr) 29 e 30

Democracia e participação na Unesp (Por Cândido G. Vieitez) 31 e 32

Universidade, sociedade e movimento sindical (Por José Maria de Almeida)

33

Imagens da luta 34 e 35

Surge a Unesp, nasce a Adunesp

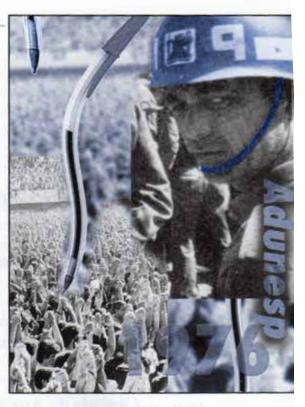
Os fatos conturbados que levam ao surgimento da terceira universidade pública paulista, em 1976, lançam a semente da Associação dos Docentes da Unesp. Uma trajetória marcada pela luta em defesa da categoria e do ensino público

"Somente a organização de uma forte associação dos docentes da Unesp nos dará poder reivindicatório e participação condizente nas decisões da Universidade".

A idéia, exposta mais uma vez aos colegas pelo professor Waldemar Saffioti, do departamento de Química da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, toma conta da reunião informal que realizam naquele 7 de abril de 1976. A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho já havia sido criada pelo governador Paulo Egydio Martins, através do decreto 952, em 30 de janeiro daquele ano, e os problemas a serem enfrentados parecem não ter fim. As ameaças de fechamento de cur-

sos, transferências compulsórias de docentes, a falta de democracia interna... tudo se soma para criar um clima de incerteza e apreensão nos 14 Institutos Isolados de Ensino Superior unificados na Unesp.

"Era preciso romper com aquele clima de desalento e explorar o



inconformismo", relembra o professor em sua chácara em Araraquara, já aposentado e autor de obras consagradas na área de química. Saffioti nunca conseguiu ficar longe da atividade política. Na reunião de 7/4/76, ele é indicado representante da unidade junto a uma comissão que seria encarregada

Idéia brota nos anos 60

A maioria dos institutos isolados que viriam a formar a Unesp foi palco de acontecimentos importantes, muito antes que o governador do estado, Paulo Egydio Martins, assinasse o decreto 952, em 30/1/76, criando a terceira universidade estadual paulista.

O golpe militar de 1964 encontra estes institutos imersos num debate que há tempos os aflige: de fato, são isolados, desvinculados de uma universidade. Há um escasso diálogo entre eles; as áreas afins pouco se comunicam e a troca de experiência é dificultada não só pela distância, mas principalmente devido à ausência de uma infra-estrutura que os unifique. Em 68, com a explosão do movimento estudantil, a discussão volta à tona no conjunto das universidades e tudo passa a ser avaliado, desde as questões ligadas ao ensino até a conjuntura política mais ampla. Temeroso dos rumos que a movimentação poderia tomar, o então governador Abreu Sodré promove o chamado Fórum de Debates. "Atravessávamos uma fase de grande movimentação nas ruas, com passeatas e manifestações, e o governador inverteu esse curso, chamando a discussão para o interior das universidades", lembra a historiadora Ana Maria Martinez Correa, hoje coordenadora do Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

Mas as coisas não caminham exatamente como prevê Abreu Sodré. Se, no início, as discussões restringem-se a cada universidade, logo passa-se a ver que os problemas são comuns. "As faculdades do interior começaram a propor uma maior comunicação, que as pessoas se juntassem para discutir em comum os problemas dos institutos isolados", diz Ana Maria. Para ela, este é o momento em que começa a nascer a associação dos docentes da futura Unesp.

Armadilha - Em agosto de 1968, docentes, funcionários e estudantes dos institutos isolados promovem um grande encontro em Araraquara. O principal tema são os estudos encomendados pelo governo sobre a situação daquelas faculdades. "A análise do ante-projeto de lei apresentado pelo Conselho Estadual de Educação, objetivando dar nova estrutura organizacional aos Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado, não pode ser desligada da política educacional estabelecida no país, desde que entraram os chamados acordos em vigor

de elaborar um ante-projeto de estatuto para a Associação e arregimentar outros docentes para a tarefa. No dia seguinte, com o discurso afiado, ele já está na estrada e realiza uma reunião em Rio Claro. "A recepção foi muito favorável, com a presença de 30 docentes", conta orgulhoso. No dia 19, pela manhã, é a vez de Marília. A tarde, Saffioti vai a Assis e, entre os presentes, conversa com Ulysses Telles Guariba Netto, que viria a ser o primeiro presidente da Adunesp. As viagens prosseguem e, até o final de abril, já haviam sido visitadas as unidades de Presidente Prudente, Araçatuba, São José do Rio Preto, Jaboticabal, Botucatu, Guaratinguetá, Franca, São José dos Campos e Instituto de Artes do Planalto (SP).

"Nem sempre a acolhida foi das melhores", ressalta Saffioti. Em Araçatuba, o professor Panaim, então diretor do campus, revela-se ameaçador e tolhe a participação dos professores. "Saffioti, você está procurando sarna para se coçar", resmunga ele. Já no portão de saída da Faculdade de Odontologia, o professor é abordado por

um colega que lhe sussurra: "somos favoráveis à formação da Associação, mas o Panaim nos proibiu de participar".

Primeiros frutos - Na maioria dos câmpus visitados, vão sendo eleitos representantes. A primeira reunião conjunta acontece no dia 15/5/76, em Rio Claro. Redigido o projeto de estatuto da Associação, marca-se uma assembléia geral para 5 de junho, em Araraquara.

Nas semanas que antecedem à assembléia, uma primeira polêmica se instala: formação de uma única associação de docentes para toda a Unesp ou a federação de pequenas associações criadas por unidades (proposta feita pela Associação de Botucatu, a única existente naquele momento). Por escassa diferença de votos, vence na comissão a proposta de fundação de uma entidade única. No dia 5, com a participação de 35 professores, estava fundada a Associação dos Docentes da Unesp, a primeira criada no país após o golpe de 64. O assunto central passa a ser a eleição da primeira diretoria. "A idéia que nos pareceu predominante era eleger um presidente, um secretário e um tesoureiro para a diretoria central, assim como diretorias locais em cada

7

Os institutos isolados

A fundação da Unesp, em 30/1/76, concentrou 14 Institutos Isolados de Ensino Superior, até então subordinados à Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Cesesp), São eles:

- * Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraguara, criada em 16/4/57
- * Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (6/2/57)
- * Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (20/6/62)
- * Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marilia (25/1/57)
- * Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (7/6/57)
- * Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (1/5/57)
- * Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (17/9/57)
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba (20/1/64)
- * Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara (20/12/51)
- * Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos (20/1/54)
- * Faculdade de Ciências Médicas de Botucatu (22/6/62)
- * Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (4/12/64)
- * Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomía de Jaboticabal (25/6/64)
- * Faculdade de Música "Maestro Julião", de São Paulo (10/6/74)

Em 1975, poucos meses antes da lei estadual nº 952 criar a Unesp, os Institutos Isolados reuniam cerca de 11.000 alunos, 2.685 funcionários e 1.617 docentes.



Ana Maria Martinez Correa: "Semente da Adunesp brotou nas mobilizações de 1968"

Mec-Usaid", alerta a Declaração de Araraquara, documento distribuído ao final do encontro. "Desde então - diz outro trecho - todas as modificações realizadas nos diversos níveis do ensino brasileiro vêm sendo impostas de cima para baixo..."

"Começamos a perceber que tínhamos as mesmas preocupações e que seríamos uma grande força se trabalhássemos em conjunto", conta a pesquisadora. Mas, o que parecia ser um promissor debate, termina mal. Durante a realização de um segundo encontro, em Rio Claro, em outubro, a polícia invade Ibiúna e prende muita gente num congresso da União Nacional dos Estudantes. "Foi uma armadilha", lamenta Ana Maria. "Aquilo que o Sodré disse que seria liberdade de expressão, na verdade serviu para que as pessoas se identificassem e fossem perseguidas".

O professor Waldemar Saffioti, viga mestra da articulação que levaria à fundação da Adunesp, em 1976, também encontrava-se em Rio Claro. "Estávamos revoltados porque recebemos aquelas ondas de mobilização da França, queríamos mais autonomia para a universidade". Ele lembra que a queda de Ibiúna amedrontou bastante as pessoas, mas a maioria decidiu não sair da Faculdade, mesmo diante dos boatos de que a polícia iria até lá, "Não foi - recorda-se Saffioti - mas nem precisava, pois já havia muitos espiõezinhos por ali."

Vem o AI-5. Os anos seguintes seríam de muita repressão no país. A discussão sobre os destinos dos institutos isolados deixa de ser feita pela comunidade acadêmica, que só viria a se reorganizar minimamente às vésperas da criação da Unesp.

unidade da Unesp, de preferência docentes de municípios vizinhos e, preferencialmente, dos cursos de Ciências Humanas, uma vez que estes eram os mais marcados pelo sistema vigente", explica o professor Saffioti, Dessas considerações, surge a seguinte chapa: Ulysses Telles Guariba Netto (Assis) para presidente, Celestino Alves da Silva Jr. (P. Prudente) como secre-

tário-geral e Telmo Correia Arraes (Assis) para tesoureiro.

À Comissão de Representantes, cabe o papel de levar os nomes para as unidades e, se possível, estimular a apresentação de chapas alternativas, o que acaba não ocorrendo. No dia 26 de junho, em São José do Rio Preto, os resultados da votação são apresentados numa convenção de docentes: 390 votos a favor da chapa única e 34 votos em branco. O professor Guariba é empossado no mesmo dia. Em 14 de outubro de 1976, a Adunesp é registrada oficialmente no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araraquara.

Início árduo - Alegando ter descoberto "conflito" entre o estatuto da Adunesp e o da Unesp, o reitor Luiz Ferreira Martins - o primeiro da Universidade informa à diretoria que poderia receber seus membros na qualidade de professores, mas nunca como representantes da Associação. No final de 1976, o Conselho Estadual de Educação recusa-se a protocolar a documentação que comprova a existência da Adunesp.

O não reconhecimento legal da Associação pouco influencia seu início e as primeiras batalhas já se apresentam. Guariba relata que os objetivos centrais naquele começo eram: luta pela democratização da Unesp, defesa dos direitos da categoria e discussão do modelo de universidade que se queria para o país. Ele diz que foi a várias universidades públicas de outros estados para contar a experiência da Adunesp e



Saffioti: "Criação da Associação era a única via para a resistência contra os ataques que vieram com a criação da Universidade"



Guariba: "Fundação da Adunesp tornou-se exemplo e marco da luta pela democratização das universidades brasileiras naqueles dias repressivos"



Odália: "A Universidade ressente-se, ainda hoje, da forma com que foi criada. Alguns câmpus foram arrasados"

ajudar a organizar novas associações de docentes. O congresso da SBPC, em 1977, torna-se um marco neste sentido. "Fizemos uma mesa-redonda com figuras importantes do meio acadêmico naquele momento, como o Darcy Ribeiro e o Antônio Cândido. Dali, tiramos o compromisso público e as diretrizes para a formação de novas associações", conta o primeiro presidente.

No plano interno, pesa sobre a Adunesp a responsabilidade de reagir à altura diante do projeto de universidade imposto pelo decreto 952. O fechamento de cursos que são comuns a vários câmpus caía como uma bomba sobre os docentes. "Era uma época de muita ansiedade e preocupação, porque tínhamos que optar entre a transferência forçada para outra unidade e um futuro totalmente imprevisível", recordase Lúcia Helena Lodi, hoje docente do departamento de Educação do campus de Rio Preto. Ela ingressou na unidade poucos dias antes da transformação em Unesp e já se deparou com uma conjuntura que poderia dar uma guinada completa em sua vida. Naqueles dias incertos, ela não poderia imaginar que viria a ser presidente da Associação entre os anos de 88 a 92. No caso de Lúcia, a transferência acabou não saindo, mas muitos professores não tiveram a mesma sorte.

O primeiro estatuto - A reorganização dos institutos isolados tería que ser oficializada através do primeiro estatuto da Universidade, em pauta naquele momento. "Travamos uma luta muito forte, com intensas mobilizações, que acabaram se voltando contra o reitor Luiz Ferreira Martins", conta Guariba.

Os dois grandes princípios que norteiam a proposta de estatuto da reitoria são a não duplicação de cursos em vários câmpus e a formação da chamada "massa crítica", ou seja, o agrupamento de um número de professores aptos a constituir centros de excelência. "Esses princípios eram equivocados, pois não levaram em conta a realidade multicampal da Unesp", rebate Nilo Odália, sucessor de Guariba na presidência da Adunesp, na época professor de História em Assis. "Martins desconsiderava o fato de que cada um daqueles institutos tinha a sua história e a sua individualidade, atendendo a regiões e públicos bastante diferenciados", lamenta. Ele enumera os cortes que acha mais gritantes: "o curso de Filosofia de Assis foi transferido para Marília, a majoria dos cursos de Ciências Sociais de Prudente foi extinta, os cursos de Letras e História foram cortados em Marilia... entre outros casos escabrosos".

Para se contrapor ao estatuto da reitoria, a Adunesp promove reuniões em todos os câmpus, embora sem grande expectativa de reverter o quadro. "Sabíamos que estava em jogo toda uma estrutura que visava asfixiar o ensino público em prol do privado", avalia Guariba. Para Nilo Odália, a Associação cometeu um erro naquele momento: opor-se sem apresentar um projeto alternativo. "Hoje, eu tenho clareza de que deveria ter debatido a mi-

nha proposta, na qual defendia que os centros de excelência teriam que ser os cursos de pós-graduação e não os de graduação, como queria Martins", explica Odália. "Não o fiz para seguir a orientação da Adunesp."

Para ter vigência, o projeto de estatuto da reitoria deveria ser aprovado pelo Conselho Universitário, até então funcionando em caráter provisório. Com a necessidade da legalização, a reitoria convoca eleições para representantes de base. A Adunesp encampa a luta e lança uma chapa com candidatos comprometidos com a Associação. O resultado surpreende até aos mais pessimistas. A chapa da Adunesp é amplamente derrotada e o único eleito é o professor João Francisco Tidei de Lima, hoje docente em Bauru.

Empossado, o "novo" CO aprova quase que na íntegra o estatuto defendido pela reitoria. "Sempre respeitei os docentes que, mesmo desiludidos com a ditadura, deram o melhor de si para o ensino e a pesquisa... mas não posso dizer o mesmo dos acomodados e carreiristas, que se integraram fisiologicamente em panelas giratórias à sombra do poder", desabafa o professor Saffioti. Odália vai mais longe e afirma que a votação no CO teve a complacência de diretores de diversos institutos isolados. "Boa parte mostrou-se pusilâmine, com o objetivo de salvar seus carguinhos. Defenderam os interesses pessoais em detrimento do ensino público e, hoje, boa parte dos problemas da universidade decorre dessa má organização inicial". alfineta.

Saldo positivo - O primeiro presidente da Adunesp faz um balanço positivo de sua gestão e da fase de implantação da Associação. "Houve um aumento muito grande na participação dos docentes nas discussões sobre os destinos da Universidade", considera. "Embora tivéssemos sido derrotados em várias questões, a semente plantada naquela mobilização viria a dar frutos alguns anos depois, quando prosseguiu a luta pela democratização da Unesp". Outro aspecto positivo, para ele, foi o grande debate que a criação da Unesp e as lutas por sua democratização suscitaram na imprensa. "Não tenho dúvida de que todo aquele processo contribuiu para aumentar a resistência contra a ditadura no país."

Para as diretorias que o sucederiam, Guariba deixa o desafio da consolidação da Associação. A criação de diretorias locais da Adunesp seria uma das grandes tarefas. Até aquele momento, fazem parte da Câmara de Representantes - órgão deliberativo da Adunesp - os câmpus de Araraquara, Assis, Franca, Marília, Prudente, Rio Claro e Rio Preto

"Eu faria tudo de novo"

O primeiro reitor da Unesp, Luiz Ferreira Martins, pode ser considerado figura central no processo que desencadeou a criação da Unesp. Trabalhando na Superintendência do Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais da USP, em Bauru, hoje ele está mais distante das atividades políticas. O currículo não é dos menores: presidente do Conselho Estadual de Educação, membro do Conselho Federal, secretário da Educação no governo Maluf (77-82), deputado federal pelo PDS (83-87)... entre inúmeras outras atividades.

No período que antecedeu à criação da Unesp, Martins era o responsável pela Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Cesesp), órgão que centralizava os institutos isolados. Ele conta que a decisão de criar a terceira universidade pública do estado foi tomada numa reunião entre ele, o então secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, e o governador Paulo Eydio Martins. "Após a implantação da reforma do primeiro e segundo graus, chegamos à conclusão de que a única solução para

os institutos isolados seria a criação de uma universidade, ainda que com características muito próprias, como o fato de ser multicampal". As críticas vieram de todos os lados. "Autoritarismo", disseram alguns. "Ditatorial", emendaram outros. Martins sorri e diz que, de outra forma, não teria sido possível criar a Unesp. "Não dava para ouvir cada pessoa, cada instituto... se fizéssemos isso, não chegaríamos a lugar algum".

O primeiro reitor da Unesp sabe que as medidas implantadas, principalmente o fechamento de cursos, foram muito polêmicas, mas não crê que estivessem equivocadas. A idéia era extinguir cursos que fossem repetidos nos vários câmpus e reunir num único local um grupo mínimo de docentes, a chamada "massa crítica". "É claro que, quando você mexe com pessoas, com o valor humano, isso pode se transformar em agressão", reconhece.

As medidas favoreceram o ensino privado nas cidades onde os cursos iam sendo fechados? Ele afirma que a intenção não era essa, mas sim "reorganizar os institutos isolados e dar-lhes autonomia para gerir seus destinos".



Martins, o primeiro reitor da Unesp

Martins lembra que os conflitos foram muitos. Entre os críticos mais ferrenhos a ele, estavam os professores Nilo Odália e Waldemar Saffioti. "O reitor, como todos os homens que trabalhavam oficialmente naquela época, era delegado da ditadura e, então, fazia o que queria", ataca Odália. "Os colegas da nova geração não têm idéia de como foram aqueles dias, com professores sendo mandados para outros câmpus como gado", relembra Saffioti.

"Eu paguei um tributo pela implantação da Universidade e acho que nunca vou me livrar disso. Mas, se não fosse daquela forma, hoje não teríamos a Unesp", diz Martins, pensativo. Se valeu a pena? "Valeu. Eu faria tudo de novo".

Fins dos anos 70: explode o movimento sindical

A Adunesp participa das grandes mobilizações que mudariam o cenário político e sindical do país. A greve de 1979 seria um marco na história da categoria

Chegamos a 1978. À frente da Adunesp, já está o professor Nilo Odália. O país respira novos ares. Depois de 14 anos de um profundo refluxo, asfixiado pela forte repressão militar, o movimento sindical começa a dar sinal de vida. A maioria dos sindicatos está sob intervenção da ditadura, mas a reação começa no ABC paulista, com uma grande greve na Saab-Scânia, uma indústria metalúrgica. Milhares de operários saem às ruas. Luís Ignácio da Silva, o Lula, então dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, fala em assembléias que chegam a reunir mais de 100 mil pessoas no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo.

O exemplo se espalha. Mais greves pipocam em outros estados e

forçam um recuo da ditadura militar. Daqueles fatos, surgiria um novo movimento sindical no país e, também, viriam mudanças no panorama partidário. Pouco tempo depois, agrupando inúmeras correntes de esquerda, setores da igreja católica e parcelas da militância sindical, surge o Partido dos Trabalhadores.

Toda esta efervescência política influencia diretamente às associações ligadas ao serviço público. Entre os

meses de janeiro e fevereiro de 1979, pouco antes da posse de Paulo Maluf no governo do estado, elas começam a se reunir para discutir um plano de ação conjunta. O tiro de partida é dado pela

Apeoesp e começa uma grande greve dos servidores públicos estaduais. Participando desde o início, a Adunesp torna-se presença importante na organização da luta. A reivindicação geral é de 70% de reajuste mais R\$ 2 mil. "Foi uma coisa surpreendente, pois todo o funcionalismo parou, inclusive as três universidades", comenta Odália. Ele participou ativamente de uma coordenadoria geral, que se reunia em caráter permanente para encaminhar a greve. "Foram momentos dificeis e um pouco confusos, às vezes; todos os partidos, especialmente os clandestinos, estavam representados na coordenadoria", explica o professor. A participação de docentes, funcionários e estudantes é massiva e Odália destaca a

realização de grandes assembléias em todos os câmpus. "Tinha um grupo bom que me ajudava, entre eles o Marco Aurélio Nogueira e o Zé Enio (José Énio Casalecchi, que o sucederia na presidência)". O professor lembra que participava de um semnúmero de reuniões e assembléias. "Aprendi bem o que é fazer uma greve."

Após 41 dias, o movimento é encerrado com a concessão dos R\$ 2 mil. Para as

universidades, vêm mais 30%, o que gera um certo desconforto entre as categorias, "Isso foi interpretado como sacanagem nossa, pois estaríamos rachando o movimento", lembra Odália. "Mas não houve

nada disso, pois tudo havia sido discutido e combinado em assembléia geral".

Cinco anos da Unesp - Em 1981, o reitor da Unesp, Armando Octávio Ramos, anteriormente vice na gestão Martins, decide promover um seminário de avaliação da Universidade, A atividade, batizada de "Cinco anos da Unesp", propõe-se a avaliar a pós-graduação, por meio de um seminário em Botucatu, e a graduação, através de um encontro em Marília, José Ênio Casalecchi, presidente da Adunesp entre 80 e 82, docente em Araraquara, conta que a notícia gerou uma polêmica na Associação: ficar de fora, como defendiam algumas regionais, ou participar, como ele propunha. Vence a idéia da participação, que acaba sendo maior do que o esperado, "Curiosamente - diz Casalecchi - a reitoria nos aceitou com tranquilidade e a Adunesp coordenou todo o processo". Tanto em Botucatu, como em Marília, a presença de professores é muito expressiva. Tudo é avaliado e resgatado, inclusive o período de fechamento de cursos, ainda bem vivo na memória da

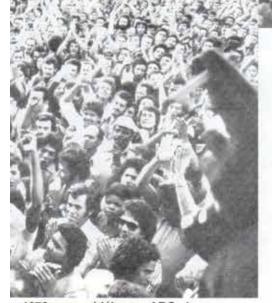


Casalecchi: "Reitoria engavetou as propostas que surgiram dos 'Cinco anos da Unesp"

Os docentes que presidiram a Adunesp



Ulysses Telles Guariba Netto (1976-1978) Formado em Filosofia pela USP, em 1964. Iniciou a carreira docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, em 1968. Aposentou-se em 92, já pela USP.



1978: assembléias no ABC chegam a reunir mais de 100 mil pessoas

categoria.

Ao final dos seminários, são redigidos vários documentos, repletos de análises e propostas. Para Casalecchi, a mais interessante surgiu na graduação. Tratava-se da criação de um Centro de Estudos e Pesquisas do Ensino Fundamental, onde se propunha um trabalho voltado à formação de professores e contato permanente com a rede de primeiro e segundo graus.

Como já se temia, a reitoria simplesmente engaveta os documentos. Estava explicada toda a benevolência inicial. Mas Casalecchi acredita que o fato de a Adunesp ter mobilizado a categoria para discutir a Universidade tenha sido a grande conquista daquele processo. "Começamos a debater a Unesp como Universidade, até ali era só uma colcha de retalhos; mais descontentamento que futuro". As mobilizações que sacudiriam a Unesp nos anos seguintes provariam o acerto da avaliação de Casalecchi



Nilo Odália (1978-1980)
Em 1955, formou-se em Filosofia, pela USP,
Começou a dar aulas em 65, na FFCL, de Assis. De 85 a 89, foi diretor do campus de Araraquara. Desde 94, é diretor do Arquivo do Estado de SP.



(1980-1982)
Fez História na USP, formando-se em 1962. Iniciou a docência em 1970, na FFCL, de Araraquara. Dirigiu o campus de 89 a 92. Aposentou-se em 1993.



Telmo Correia Arraes
(1982-1984)
Formado em Letras, na
USP, em 1968. Começou a
dar aulas na FFCL, de
Assis, em 69. Hoje, é
diretor da Faculdade de
Ciências e Letras de
Araraquara.



Antônio Quelce
Salgado (1984-1986)
É formado em História
Natural, pela Universidade
Federal do Paraná.
Ingressou na FFCL de
Marilia, em 63. Foi diretor
em Franca e, hoje, dirige
o campus de Assis.



Geraldo Élvio
Balestriero (86-88)
Formado em Ciências
Sociais pela Escola de
Sociologia e Política de
SP, em 1974. Começou a
dar aulas em 1976, no
campus de Assis. Hoje,
leciona em Marilia.



(1988-1992)
Formou-se em Pedagogia, em 1970, na FCL de Rio Preto. Entrou na Unesp em 76, também em Rio Preto. Foi vice-presidente da Andes, Regional São Paulo, entre 92 e 94.



Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (1992-1994)
Formada em Ciências Sociais, em 1983, na FFCL, de
Araraquara. Ingressou na Unesp em 1988, no

Departamento de Educação da FFCL de Assis, onde leciona até hoje.

Emanuel Rocha Woiski (1994-1996)

É formado em Engenharia Eletrônica pelo ITA, em 1975. Na Unesp, começou a dar aulas em Ilha Solteira, em 1979, onde foi um dos fundadores do Departamento de Engenharia Mecânica.



Universidade antecipa "Diretas, já!" e exige democracia na sucessão

Acompanhando as grandes mobilizações nacionais, a comunidade universitária lança seu candidato a reitor, em 1984, e compra a briga com o setor malufista e o governo Montoro. É o início da democratização da Universidade, que mudaria o perfil da Unesp

"Diretas urgente, pra reitor e presidente". A palavra-de-ordem, gritada em centenas de manisfestações da comunidade universitária nos anos de 83 e 84, traduz bem o clima político que domina a Unesp e o país. São meses agitados, em que a batalha pela democratização da Universidade, naquele momento materializada na sucessão para reitor, antecipa um dos

momentos mais intensos da história recente do Brasil: a luta por eleições diretas para presidente da República, após 20 anos de ditadura militar.

A Unesp ainda sente o peso das medidas que acompanharam a sua criação. O fechamento de cursos, a transferência de docentes, estatutos autoritários, falta de participação nos órgãos colegiados... tudo está ainda



Manifestação em frente ao Palácio Bandeirantes exige a posse de Saad Ho (Foto de Manoel Mota, 6/6/84). Ao lade manifestação em Botucatu, no mesmo

muito fresco na memória de docentes, funcionários e alunos. O mandato de Armando Octávio Ramos, segundo reitor da Universidade, terminaria em março de 84 e tudo indicava que seu

> sucessor seria escolhido da mesma forma que ele o fora. Nada de ouvir a comunidade. Nada de democracia... Mas as coisas não aconteceriam bem assim. Em 29 de junho de 1983, o Conselho Universitário publica a Resolução Unesp 036/83, onde está prevista uma consulta à comunidade. "Mesmo considerado pelos radicais autoritário e conservador, o CO demo-



Ayer: "A luta por colocar William Saad Hossne na reitoria mobilizou a comunidade acadêmica como nunca se tinha visto"



Telmo: "A crise ganha contornos quando o CO desconsidera o nome de Saad na confecção da lista sêxtupla"



Quelce: "A efetivação de Nagle como reitor, em 1985, foi uma traição que o governador Montoro desfechou contra a comunidade acadêmica"



cratiza e dá ao governo do Estado de São Paulo o único instrumento institucional e legal de democratização da Unesp...", afirma Armando Octávio Ramos à imprensa (Folha de S. Paulo, 19/11/83). Poucos meses depois, no dia 16 de março, diante do início da crise, a resolução seria revogada.

Consulta - Se seguisse os trâmites previstos no estatuto, o processo eleitoral terminaria com a indicação de um nome, pelo governador, a partir de uma lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Universitário. Canalizando a insatisfação da categoria, a Adunesp resolve promover uma eleição na comunidade. Inscrevem-se dois candidatos: Nilo Odália, ex-presidente da Associação, e William Saad Hossne, docente da Faculdade de Medicina de Botucatu e ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos.

Dispostos a não realizar uma

ca, os dois começam a participar de de-

bates na majoria dos

câmpus. "Foi uma campanha incrível, pois os dois caminhavam lado a lado, sem oposições", descreve Reynaldo Ayer de Oliveira, colega de Saad em Botucatu e diretor da Adunesp nos anos 80/82 e 84/86. Considerado o grande articulador da candidatura Saad, o professor Ayer lembra que o discurso de ambos visava ao arejamento e à democratização da Universidade. "O mote das campanhas era a democratização dos órgãos colegiados, que deveria passar pela elaboração de novos estatutos".

E assim, em novembro de 83, dá-se a consulta. Entre os docentes, Saad leva 952 votos (55%) e Odália fica com 622 (36%). Nos funcionários, o resultado é o mesmo: Saad obtém 1.750 votos (66%) e Odália 637 (24%). Os estudantes indicam Saad em primeiro, com 3.651 (61,4%) e Odália em segundo, com 2.086 votos (35%).

A luta passa a ser, então, para que o CO respeite a consulta e indique William Saad Hossne como novo reitor. Obviamente, isso não acontece

Movimento começa em Assis

As eleições para diretor do campus de Assis, em agosto de 1983, podem ser consideradas a fagulha que incendiou o pavio na sucessão para reitor, que se iniciaria alguns meses depois. Antônio Quelce Salgado, professor da área de Genética Médica, que presidiria a Adunesp entre 1984 e 1986, é um dos candidatos. Na consulta à comunidade, ele vence com larga margem de votos entre os docentes, funcionários e estudantes. Composta a lista sêxtupla, a comunidade espera que o reitor da Unesp, Armando Octávio Ramos, escolha o mais votado. Mas ele não faz isso. Contrariando a quase todo o campus, indica outro nome como diretor. Resultado: a unidade deflagra uma greve que dura 64 dias.

"A comunidade invadiu a fa-

culdade e iniciou uma movimentação muito bonita", lembra Quelce, emocionado. Ele conta que, como não havia previsão para o término da paralisação, os professores davam aulas informais aos alunos, para que estes não prejudicassem o aprendizado. A repercussão do fato extrapola os limites da faculdade e chama a atenção do país. Deputados, senadores e outras personalidades comparecem e apóiam a reivindicação.

"Infelizmente, não conseguimos reverter o quadro, pois o Armando bancou o durão e até ameaçou demitir docentes e punir alunos numa sindicância interna que durou muitos meses", lamenta Quelce. "Mas o pessoal sentia no ar que aqueles eram os primeiros trechos de um caminho que nos conduziria à democracia".

e a crise começa a tomar contornos. Tentando acalmar a situação, nos meses de dezembro/83 e janeiro/84, o CO promove nova eleição. "Mas eles deixavam claro que se tratava apenas de uma consulta", ressalta Telmo Correia Arraes, presidente da Adunesp de 1982 a 1984. "O curioso é que os candidatos promoviam debates nos câmpus, mas não con-

vidavam Saad e Odália, como se eles não existissem", lembra ele. Os candidatos eram Armando Octávio Ramos (que queria se reeleger), Raphael Lia Rolfsen, José Carlos de Souza Trindade, Wanderley José de Mello e José Bonifácio Fonseca.

Esquenta o clima. Tentando conquistar os funcionários, a reitoria concede alguns direitos que estavam sendo reivindicados. "Não serão promessas ou providências de última

hora que comprarão a consciência e o voto dos funcionários", rebate um panfleto do "Comitê Pró-Saad".

Nova vitória -

Terminada a consulta, nova vitória de Saad. Nos docentes, ele leva 64,6%, contra 30,6% de Octávio Ramos, o segundo colocado. Nos funcionários. Saad perde por apenas um voto (1771 a 1770). Os alunos consagram Saad com 69,2% da votação. Na média



Anúncio de que Saad não faz parte da lista sêxtupla desencadeia dezenas de passeatas e manifestações em todos os câmpus

ponderada, calculada pela Adunesp, Saad obteve 57,3% do total de votos, contra 28,5% do então reitor.

"A grande confusão começou a acontecer quando, de maneira que nós consideramos uma traição, o Conselho Universitário fez uma lista sêxtupla sem contemplar os nomes dos professores Saad e Nilo; este último também tinha sido muito bem votado", explica o professor Ayer. A decisão

do CO é tomada no dia 15 de fevereiro de 84, logo após a divulgação do resultado da consulta "oficial". Em lugar de Saad e Odália, figuram na lista candidatos que haviam obtido menos de 1% dos votos.

A indignação é geral.

"Em nome de nossa dignidade e do futuro democrático da Unesp, devemos reagir e responder a mais este ato de violência da reitoria. Não podemos aceitar esta afronta", conclamam a Adunesp, associações de servidores e o Diretório Central dos Estudantes. "Você gosta de servir de palhaço?", instiga um panfleto.

A reação é imediata. Dois dias depois da deliberação do CO, uma caravana com cerca de 800 pessoas ruma para São Paulo e lota o auditório do Palácio dos Bandeirantes. A expectativa é pelo posicionamento do governador André Franco Montoro, sucessor de Maluf, que canaliza uma grande ilusão democrática naquele momento. Montoro entra no auditório e promete que o "governo democrático de São Paulo encontrará meios legais e legítimos para fazer triunfar a justiça na Unesp, possibilitando a esta Universidade o encontro de sua verdadeira autonomia" (Folha de S. Paulo, 18/2/84). Mas ainda levaria algum tempo até que a solução

As mobilizações crescem. Centenas de manifestos, cartas abertas e abaixo-assinados circulam em todos os câmpus da Universidade. A imprensa cobre os fatos exaustivamente. "Considerando que a crise na Unesp se arrasta há mais de 50 dias, as lideranças dos partidos na Assembléia Legislativa vêm apoiar a comu-

viesse.

からいたはあれいですっ



William Saad Hossne: Desde os anos do impasse, opção pelo silêncio. Raras declarações à imprensa sobre os fatos que o colocaram no centro da polêmica que extrapolou os muros da Universidade e ganhou o cenário da luta política nacional



Fevereiro/84: Estudantes encampam a luta e vão até o governador Montoro exigir a posse de Saad

nidade universitária na luta para que suas legítimas aspirações democráticas, manifestas na consulta oficial para a escolha do novo reitor, sejam respeitadas", diz um documento assinado por deputados estaduais. Argumentando que a presença do reitor Armando Octávio Ramos na lista é ilegal (embora houvesse controvérsias sobre isso), Montoro assume o compromisso público de que não indicará nenhum dos nomes apresentados.

Terminado o mandato de Octávio Ramos, o CO dá posse a

SAAD JA REITORIA!

DIRETAS JA!

INIDA JAMAIS SERA VENCIDA

llustração publicada no boletim do DCE Helenira Rezende (1984)

Manuel Nunes Dias, pró-reitor em exercício. Notório agente da repressão na USP durante os anos 70, Dias havia enfrentado sérios problemas durante sua gestão como diretor da ECA. Sua indicação é vista como provocação pela comunidade.

Pode-se dizer que, naquele momento, a situação polariza-se entre três setores: a direção da Universidade/CO (claramente malufista e ligada à ditadura), a comunidade acadêmica (exigindo a posse de Saad e a democratização) e o governo Montoro (buscando a todo custo uma solução que acalmasse a ambas as partes).

Invasão - O tempo passa e a solução não vem. O reitor em exercício, Manuel Nunes Dias, impetra mandado de segurança e, alegando que a postura do governo estadual de não acatar a lista sêxtupla é ilegal, pede a nomeação de um interventor para a Unesp. Em maio de 84, o Colégio Eleitoral recusa-se formalmente a compor nova lista.

As assembléias e manifestações assumem um caráter gigantesco e, em abril, acontece a primeira greve geral. Em maio, cerca de 150 estudantes invadem a reitoria, na Praça da Sé. O então secretário de Segurança, Michel Temer, tenta mediar a saída. A votação é apertada: 58 aprovam o fim da ocupação, 50 votam pela continuidade e 11 se abstém.

Em junho, os câmpus param novamente e os alunos ocupam as diretorias de Assis, Rio Claro, Botucatu, São José do Rio Preto, Marília e Ilha Solteira. No dia 2, após dois dias de ocupação, cerca de 80 estudantes são cercados pela polícia no Instituto de Artes do Planalto, em São Paulo. Eles se refugiam na capela e entoam "Aleluia", de Haendel. Constrangidos, os policiais desculpam-se mas exigem

a saída. Uns saem chorando, outros gritam: "O Nunes é fascista, queremos outra lista". No dia 4, a polícia desaloja os estudantes que ocupam a diretoria do campus de Ilha Solteira. Incidentes semelhantes aconteceriam em outras unidades.

A solução Nagle - Em julho de 84, o governador Franco Montoro apresenta a sua solução para o impasse, através da nomeação como reitor "pro-tempore" de Jorge Nagle, docente da área de Educação do campus de Araraquara. A medida é vista com bons olhos por todos. A expectativa era que Nagle colocasse "a casa em ordem" e preparasse o terreno para a posse de Saad. No dia 1º de agosto, ele assume. "Quando cheguei à reitoria, às nove horas da manhã, encontrei o professor Nagle e uma multidão em minha ante-sala. Convidei-os a acomodar-se em meu gabinete e daí a pouco ele se instalou em minha poltrona", reclama Manuel Nunes Dias (O Estado de S. Paulo, 2/8/84). Na comunidade universitária, os ânimos se acalmam.

No dia 16 de janeiro do ano seguinte, Nagle convoca o Colégio Eleitoral e o resultado é a elaboração de nova lista que traz, além de seu próprio nome, o professor William Saad Hossne. Contrariando o que a maioria esperava, o governador nomeia Nagle como reitor definitivo. Abre-se a crise novamente. O então presidente da Adunesp, Antônio Quelce Salgado, que chegara a promover um ato de apoio ao reitor "pro-tempore", em setembro, não consegue conter a indignação. "O governador deveria ter seguido até o fim com a nomeação de Saad para a reitoria, conforme desejo da comunidade", disse durante uma visita a Nagle, acompa-nhado de 40 docentes e alunos (O Estado de S. Paulo, 23/1/85). Além de Quelce, vários setores se manifestam pedindo a renúncia de Nagle. "Foi uma sujeira

SETEMBRO/96

escandalosa", denuncia Waldemar Saffioti (Folha de S. Paulo, 19/1/ 85). "Nós não acreditamos nos rumores de que o nome de Nagle seria automaticamente escolhido, pois o governador havia dito em alto e bom som que a comunidade seria ouvida", declara Elizabeth Gelli Yazlle, na época presidente da regional da Adunesp de Assis (Jornal da Tarde, 18/1/85). "A Andes está solidária com os segmentos da comunidade da Unesp e lamenta o ato do governador que se diz democrata e toma uma atitude autoritária, faltando com o seu compromisso", diz Nader Wafae, vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes (Diário Popular, 18/1/85).

"Não vou renunciar, pois seria um desrespeito ao governador", rebate Jorge Nagle. Diante dos questionamentos, Montoro explica sua atitude: "Peço a vocês que levem em conta esse risco, que é a volta do grupo malufista com a destruição de tudo o que se fez", referindo-se ao pedido de intervenção feito por Nunes Dias (O Estado de S. Paulo, 23/1/85).

A nomeação de Jorge Nagle torna-se irreversível. Em seu mandato, ele promoveria / a reformulação dos estatutos da Universidade

"Eliminamos um grave impasse"

Após cerca de cinco meses como "pro-tempore", o professor Jorge Nagle permaneceu como reitor definitivo por quatro anos, até 1988, dali saindo para ser o secretário de Ciências e Tecnologia. Aposentado desde janeiro de 89, ele passou pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação, Fapesp, entre outros órgãos. Atualmente, auxilia no desenvolvimento de diversos projetos na área da Educação.

Analisando agora os fatos que levaram à sua indicação, Nagle considera que o principal objetivo foi alcançado. "Eliminamos um grave e persistente impasse, criado pela comunidade unespiana em confronto com o grupo encastelado na reitoria". Ele lembra da aflição daqueles dias: "Toda terça-feira, levava para casa a documentação que estava sendo elaborada para dar novos rumos à Universidade, uma vez que às quartas-feiras poderia haver pronunciamento do Tribunal de Justiça sobre mandados de segurança contra o governo e a reitoria". O ex-reitor destaca como pontos importantes da sua gestão a correção de uma "situação orçamentária deficiente" e a elaboração de um novo estatuto, "A abertura dos debates para a confecção do estatuto era a matriz de toda a luta histórica da Adunesp e dos setores democráticos da Universidade. Apostamos na ampla mobilização da comunidade", avalia.

> Mas, o que pensam hoje as pessoas que se contrapuseram à efetivação de Nagle como reitor?

Antônio Quelce Salgado, atual diretor do campus de Assis, ainda sente um pouco da "frustração" que se abateu sobre a comunidade.



Jorge Nagle: "Atitude do governador visava solucionar o problema"

"Nós defendemos publicamente que o Nagle fosse o 'pro-tempore' e, depois, fomos traídos". Quelce ressalta que a crítica não se estende à administração de Nagle, que "foi boa", mas sim à sua postura política naquele momento. Em 1986, quando terminou sua gestão como presidente da Adunesp, ele se candidatou a diretor em Franca e teve seu nome referendado pelo reitor. "Embora a gente tivessa brigado homericamente, foi o Nagle que me escolheu", lembra Quelce, "Ele foi muito correto, pois indicou o mais votado pela comunidade."

Nilo Odália, presidente da Adunesp de 78 a 80 e um dos candidatos na consulta à comunidade, em novembro de 83, aprovou a "solução Nagle" desde o início e acabou se tornando chefe de gabinete do reitor. "Além de ser um nome isento, Nagle era competente profissionalmente", justifica.

"Ficou um pouco de tristeza pelo fato de o processo não ter se completado com a indicação do Saad, mas hoje eu avalio que não havia outra solução", diz o professor Reinaldo Ayer de Oliveira. "Aliás, eu acho que um pouco dessa frustração foi quebrada com a nossa participação nos debates do novo estatuto."



1986: Expectativa em Franca antecede à nomeação de Quelce (o primeiro, da esq. p/ a dir.) para diretor. Havia o temor de que se repetissem os fatos de Assis, em 83, quando teve seu nome preterido, mesmo tendo sido o mais votado. Na sequência da foto, Newton Lima, então presidente da Andes, e Geraldo Balestriero.

Novos est แบบเอร avanços e re เมื่อสิธิสรอส na democr แบบเมือง da Un อสอ

Simpósio em Botucatu

A frustração pela não efetivação de Saad como reitor é substituída pela expectativa de democratização da Universidade. A possibilidade estava aberta com o início dos congressos que culminariam com as propostas da comunidade

Ainda no calor das discussões sobre a sucessão para reitor, outro debate começa a tomar conta da Universidade: a elaboração dos novos estatutos. Mesmo como "pro-tempore", Jorge Nagle inicia o processo estatuinte com um simpósio em Botucatu, nos dias 15 e 16 de novembro de 1984, "Embora instalada em 1976, a Universidade começa a ter seus verdadeiros fundadores agora", diz o reitor na abertura do evento, que reúne 360 delegados (Informativo Unesp, novembro/84). Na pauta, estão "Relações com a sociedade e o Estado", "Estrutura de poder", "Regime de trabalho e carreira" e "Situação do ensino e da pesquisa". José Ênio Casalecchi, presidente da Adunesp entre 1980 e 1982, é o primeiro a coordenar a Comissão Organizadora de Reestruturação. Em Botucatu, é redigida uma pré-minuta de estatuto e fica convocado o Congresso de Reestruturação da Unesp, que aconteceria nos meses seguintes, em várias etapas, nos câmpus de Araraquara e Jaboticabal.

A frustração causada em alguns segmentos pela efetivação de Jorge Nagle como reitor - em detrimento da candidatura de William Saad Hossne - não impede a participação expressiva da comunidade nos debates do estatuto. A Associação dos Docentes abraça a discussão de corpo e alma. Em boletins à categoria, a Adunesp expõe suas propostas e conclama ao engajamento. "As relações entre ensino, pesquisa e extensão de serviços devem ser reconsideradas, bus-

cando-se a supressão da primazia que as atividades de pesquisa têm ocupado na avaliação do docente. Este deve ser avaliado não apenas ou principalmente pela sua produção como pesquisador, mas por todas as atividades desenvolvidas, cabendo ao departamento a definição das prioridades", propõe um boletim em 23 de maio de 1985. "A Adunesp e as entidades dos alunos e funcionários foram destaque neste processo", lembra Antônio Quelce Salgado, então presidente da Associação.

Na primeira etapa do Congresso, em Araraquara, nos dias 15 e 16 de maio de 1985, é aprovada uma comissão paritária, composta inicialmente por cinco membros de cada segmento, encarregados de elaborar um ante-projeto de estatuto. Entre os professores, naquele momento, há várias figuras ligadas à Adunesp: Lúcia Helena Lodi, Reinaldo Ayer de Oliveira, Geraldo Élvio Balestriero e Antônio Quelce Salgado. Juristas conhecidos, como Hélio Bicudo e Dalmo Dallari, integram a comissão.

Alunos e funcionários também se engajam. Boletim informativo do DCE Helenira Rezende, de junho/85, avalia que "durante toda a fase de preparação do Congresso e em toda a primeira etapa, se expressou a vontade da comunidade de reger diretamente seu destino, tomando para si, democraticamente, a gestão da Universidade".

As discussões avançam e nova etapa do Congresso é realizada, no dia 28 de junho, em Araraquara.

"Processo complicado" - Terminados os debates do Congresso de Reestruturação da Unesp e formalizadas as propostas para o novo estatuto, as coisas começam a se complicar. "O conjunto das propostas apresentava muitos pontos conflitantes, devido a diferentes concepções dos diversos segmentos e grupos. Este fato inviabilizou a formulação de um documento final", explica Jorge Nagle, "Havia, porém, um conjunto de idéias muito criativas, originais, o que demonstrava o vigor da participação da comunidade, mas também muito de catarse, dado o passado da Unesp", ressalta. A partir dessa avaliação, o reitor opta pela indicação de uma comissão paritária, reforçada com juristas experientes, encarregada de apresentar um ante-projeto de estatuto. "aproveitando seletivamente o material até então produzido". Em fins de 87, o ante-projeto é remetido ao Conselho Universitário, que leva cerca de um ano discutindo-o item por item antes de aproválo. Em janeiro de 89, é referendado pelo Conselho Estadual de Educação e, em março, entra em vigor, já na gestão do reitor Paulo Mílton Barbosa Landim.

"Foi um processo complicado, porque ficou o sentimento de que as deliberações do Congresso não foram respeitadas", lembra Lúcia Helena Lodi, presidente da Adunesp entre os anos 88/90 e 90/92. Ela fez parte da comissão que elaborou o chamado Substitutivo Nagle. "Ainda que as deliberações da comunidade não tenham sido rigorosamente obedecidas, é preciso ponderar que existiam algumas coisas inviáveis do ponto de vista da legislação vigente e algumas contradições visíveis", justifica. "Mas

18 SETEMBRO/96 REVISTA ADUNESP

acho que alguns elementos do debate foram preservados". Lúcia recorda-se de uma colega, de Botucatu, que "fica-va bravíssima, dizendo que o Congres-so havia deliberado e teria que ser cumprido, mas é obvio que tudo estava sujeito à interpretação da comissão e da lei".

O atual presidente da Adunesp. Emanuel Rocha Woiski, discorda desta avaliação. De volta ao Brasil, após cinco anos na Inglaterra, em abril de 1988, ele diz ter encontrado o "circo armado". O estatuto original da comunidade "havia virado pó e só se discutia o Substitutivo Nagle", acusa. No campus de Ilha Solteira, onde está lotado até hoje, Woiski dedicou-se, junto com mais alguns colegas, a elaborar emendas ao Substitutivo e enviá-las ao CO. Ele relata que a movimentação conseguiu alguns frutos, entre eles a garantia de participação dos funcionários e alunos na escolha de diretores de unidades. "Entretanto, o CO acabou aprovando uma proposta do vice-reitor, Paulo Mílton Barbosa Landin, de peso de 50% para os docentes", lamenta. Com relação às chefias departamentais, conseguiu-se que a sua escolha passasse a ser feita no âmbito dos próprios departamentos. Também foi conquistada a inclusão do Regimento das U-



Lúcia: "Embora tenha ficado um pouco de frustração, estou convicta de que o estatuto que aprovamos era dos mais avançados do país"

O que queria a comunidade

"A Universidade deve ser democrática, autônoma, descentralizada, desburocratizada". Com esta abertura, a proposta aprovada após vários meses de debates
reflete a expectativa da comunidade universitária. Boa parte das propostas caminha
no sentido da democratização da Universidade, de sua relação com os três segmentos que a compõem e com a sociedade. "Nós percebemos que todo o movimento
iniciado com a sucessão para reitor culminou numa participação fantástica de docentes, alunos e funcionários", diz Reinaldo Ayer de Oliveira.

Entre os tópicos aprovados, a maioría inédita nas demais universidades, destacam-se:

- Eleições paritárias diretas e secretas para todos os cargos diretivos e representação em colegiados.
- Composição paritária em todos os órgãos colegiados.
- Reuniões abertas à comunidade em todos os órgãos colegiados.
- Criação de mecanismos de controle do exercício do mandato, inclusive com a destituição, garantido o amplo direito de defesa ao "acusado".
- Titulação na carreira universitária deixa de ser pré-requisito para se ocupar cargos eletivos. Chega a ser feita a proposta de que qualquer membro da comunidade (docente, aluno ou funcionário) deva ter direito a concorrer para reitor (derrotada no Congresso).
- A instância máxima de deliberação na Universidade passa a ser o congresso da comunidade, realizado anualmente.
- A cada cinco anos, realização de um congresso para reavaliação e reformulação dos estatutos.

Em relação ao ensino e à pesquisa, é aprovado o princípio de ensino gratuito em todos os níveis. "Os serviços à comunidade devem constituir-se num processo efetivo de socialização do saber produzido e transmitido pela Universidade, deixando de figurar como tarefa periférica", expõe um dos itens do ante-projeto. Das propostas apresentadas pelos estudantes, destacam-se o fim do jubilamento e a exigência de que a Unesp garanta a instalação e manutenção de moradias comunitárias em todos os câmpus.

Na redação final do estatuto, nenhuma destas propostas é mantida.

nidades e do Regulamento dos Departamentos no estatuto da Universidade.

Outra polêmica enfrentada - lembra Woiski - foi com relação à representação nos órgãos colegiados. Embora nos centrais ela não se faça por titulação, isso ocorre nas congregações e conselhos departamentais. "Nós propusemos a mudança deste mecanismo, mas fomos derrotados, o que gerou um paradoxo na Universidade, com a convivência das duas formas", diz Woiski. Ainda hoje, ele defende que a escolha não deva levar em conta a titulação, já que os órgãos colegiados "não são uma representação de classe, corporativista, mas sim responsáveis por discussões que dizem respeito a toda a comunidade".

Woiski avalia, também, que a reivindicação de que a Universidade deva ser "democrática, autônoma, descentralizada, desburocratizada", como consta na proposta aprovada nos congressos de Araraquara e Jaboticabal, tenha sido totalmente "mutilada". Em vez de descentralizada, diz ele, "tivemos uma maior concentração de poder nas mãos da direção central". Ele cita como exemplo a proposta de criação de mecanismos de controle do poder, descartada pelo CO e que ainda "é uma principais bandeiras da Associação". O presidente da Adunesp acredita que estas derrotas tenham acontecido, principalmente, devido ao fato de a comunidade já estar desmobilizada naquele momento, pois a própria Adunesp apoiava o Substitutivo Nagle".

"Nós nos sentimos traídos", diz Antônio Quelce Salgado. "Houve muita discussão, muita discordância, mas não tínhamos a força necessária para impor o estatuto que nós organizamos", relata. Ele cita como maiores retrocessos a retirada do congresso anual da comunidade, das eleições diretas para reitor, da paridade (formalmente, ela não existe até hoje) etc. Também ficam de fora as reuniões abertas à comunidade dos órgãos colegiados, o fim do jubilamento e a garantia da moradia estudantil, entre outras.

O professor Reinaldo Aver de Oliveira não compartilha da avaliação de Quelce. "Não considero traição o que houve, mas sim uma questão de como se exerce o poder. Traição eu considero o negócio da lista sêxtupla", referindo-se ao boicote do nome de Saad na sucessão para reitor. Aver considera o estatuto aprovado "muito melhor do que o existente até então". Apesar das críticas, Lúcia Helena Lodi faz uma avaliação positiva de todo o processo, citando como avanços o aumento da representação política dos professores, independentemente de sua titulação, a presença de representantes da classe trabalhadora no CO e a garantia de que o reitor de posse ao diretor indicado pela comunidade. "Eu ainda estou convicta de que o estatuto que aprovamos é um dos mais avançados do país. Quer queira, quer não, a Universidade modificou-se a partir daquela discussão", completa a professora

"Transição pelo alto"

O atual presidente da Adunesp, Emanuel Rocha Woiski, questiona bastante o papel cumprido pela entidade no final do processo que levou ao novo estatuto da Unesp. Ele considera como "nebulosa" a atuação da Associação. "Ela se apresentava como nossa representação de classe mas, ao mesmo tempo, se instrumentalizava em favor da reitoria", avalia. "O grupo Nagle tinha gente em todos os câmpus, principalmente naqueles com tradição de luta e posicionamento mais à esquerda", emenda Maria Valéria Barbosa Veríssimo, de Marília, vice-presidente da Adunesp entre 92 e 94.

"Parte do pessoal egresso da Adunesp foi capturado pela institucionalização, indo parar em cargos de gabinete", afirma Woiski. Para ele, houve uma "transição pelo alto", responsável por uma certa "desconfiança" da categoria em relação à Associação naquele momento. Ele faz um paralelo com as "Diretas, já!", quando "as aspirações das massas foram canalizadas e controladas pelas elites, que se recompuseram às custas da destruição da vontade popular". Na Unesp - emenda Woiski - "houve um abandono pragmático das aspirações da comunidade em troca do que a direção da Adunesp considerou como mal menor". Ele acredita que a ausência de uma clareza política tenha sido a grande responsável por essa postura.

"Eu me envolvi bastante na gestão Jorge Nagle", reconhece Lúcia Helena Lodi, ressaltando que isso ocorreu com ela e outros colegas porque viam avanços que poderiam ser conquistados. "E a maior parte destas expectativas foi suprida", conclui.

Fazendo uma avaliação mais ampla do processo, Woiski diz que a democratização da Unesp foi deformada pelos fatos que culminaram com a aprovação do novo estatuto. Sueli Guadelupe, membro da atual diretoria, concorda com ele. Ela também acha que há uma "insatisfação histórica na comunidade que traz, periodicamente, as questões pendentes para o debate". Ela cita como exemplo uma polêmica que se instalou entre 1991 e 1992, quando estava em pauta a luta por mais verbas na LDO. Naquele momento, setores da categoria questionaram o fato de que não havia transparência nas contas e que, portanto, seria difícil saber-se onde seriam gastos os recursos. A proposta, que acabou sendo levada pela Adunesp ao Conselho Universitário, foi de que se realizasse uma auditoria ampla na Universidade. No CO, sob a



Woiski: "Postura da Associação foi nebulosa naquele período"

alegação de que a medida seria muito custosa financeira e politicamente, surgiu a sugestão de que se realizasse uma "Reforma Acadêmico-Administrativa", para que tudo fosse reavaliado a partir de contribuições da comunidade. A Adunesp chegou a realizar um seminário em Marília para analisar a Universidade e definir suas propostas. A partir do envio de várias sugestões, o CO criou uma comissão de sistematização, que organizou o material e o dividiu em cerca de 10 temas, entre eles: descentralização acadêmicoadministrativa, bibliotecas, informática, CPRT etc. A partir dai, dentro de um calendário, foram solicitadas "propostas organizadas" da comunidade. Embora relate que não tenha havido muito retorno, Sueli recorda-se que surgiram questões muito interessantes. "No ponto da CPRT, havia sugestões de que a comissão passasse a ser eleita e até extinta," diz ela. O tempo passou, a reitoria foi às mãos de Arthur Roquete de Macedo, o CO mudou sua composição... e o processo acabou se esvaziando. As poucas resoluções tomadas, no entanto, mais uma vez fugiram da expectativa da comunidade. Quanto à CPRT, por exemplo, o debate acabou sendo levado para a chamada "flexibilização do RDIDP", ou seja, o estímulo à busca de soluções individuais.

"Sem a mobilização que levou a comunidade a apresentar as suas propostas de estatuto, anteriormente, notamos que a instisfação pendente acaba sendo manipulada pelo poder central na Universidade", resume Sueli.

As greves e manifestações que marcaram os 20 anos da Adunesp

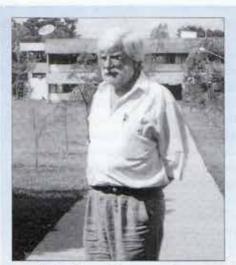
Arrocho salarial, luta por mais verbas, reação aos ataques contra o ensino público, defesa da Universidade... são ingredientes que se somam para a deflagração de um sem-número de movimentos na história da categoria

Os 41 dias da grande greve de 1979, quando as universidades estaduais paulistas pararam junto com o funcionalismo público, tiveram um peso marcante no início da Adunesp. Era a primeira paralisação na recém-criada Unesp e um reflexo do renascimento

do movimento sindical no país, em plena ditadura militar. Mas esta não seria a única greve da história da Universidade.

No primeiro semestre de 1987, a população vive a ressaca do Plano Cruzado, que empolgara o país no ano anterior. Os "fiscais do Sarney" já estão de molho e a ameaça de extinção do gatilho salarial - garantia de reposição toda vez que a inflação atingisse os 20% - revolta os trabalhadores.

"Passamos os primeiros seis meses de 87 visitando todas as unidades e preparando o pessoal para a luta que se aproximava", lembra Geraldo Élvio Balestriero, na



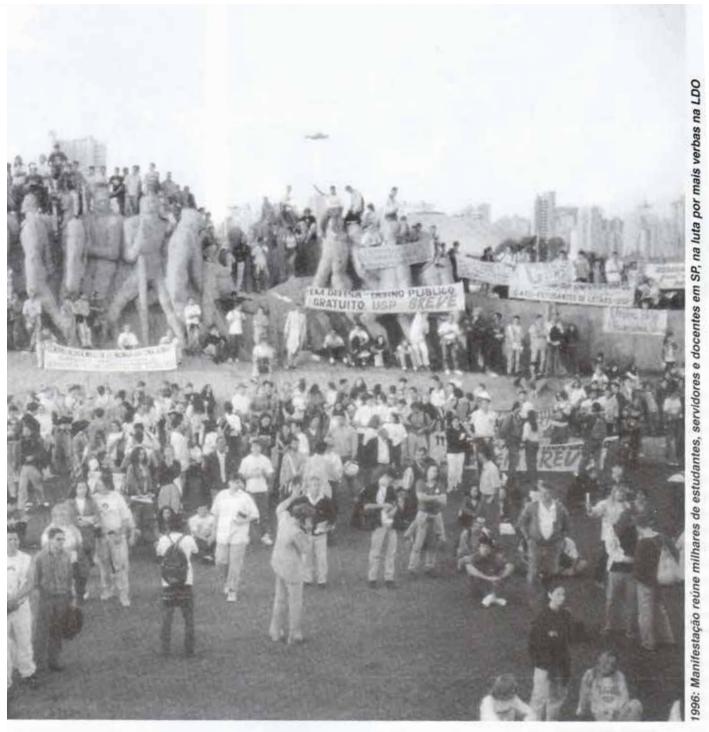
Balestriero: "Greve contra a extinção do gatilho, em 1987, foi precedida com uma grande mobilização da categoria por parte da Associação"

época presidente da Adunesp. O resultado do trabalho é satisfatório e, na maioria dos câmpus, docentes e funcionários se aproximam das outras categorias do funcionalismo.

A exemplo

de 1979, seria um movimento conjunto. "A greve foi mais forte no interior,
principalmente onde havia Unesp, pois
nós tomávamos a frente da mobilização", conta Balestriero. Durante quase
todo o movimento, ele permaneceu em
São Paulo, na Assembléia Legislativa,
participando de reuniões do chamado
"Grupo dos 19", que reunia as entidades
sindicais dos funcionários públicos. "Eu
repassava as informações diariamente
para o Merisse, de Assis, que era o
secretário-geral, e ele as repassava para
as unidades", descreve. Balestriero diz
que a greve de 87 conseguiu segurar a





queda do gatilho por um bom tempo. Posteriormente, já numa nova conjuntura, ele seria derrubado pelo governo.

A greve da "autonomia" - No ano seguinte, em 1988, a Unesp e o conjunto do funcionalismo voltam a parar. Seria o último movimento conjunto, pois o governador Orestes Quércia decretaria a "autonomia" ao final da paralisação.

A então presidente da Associação, Lúcia Helena Lodi, lembra-se que as principais reivindicações eram de 85% de reajuste no trimestre, reposição em novembro e dezembro não inferior à URP e redefinição da política salarial para 1989.

"Estas eram as questões salariais, comuns a todo o funcionalismo,
mas nos tinhamos também uma preocupação muito grande com a situação
financeira das universidades estaduais",
ressalta. Esta preocupação levaria à criação do "SOS Universidade", movimento que continuaria em vigor mesmo depois da greve. "Promovemos
debates e passeatas nos câmpus, com
a presença de intelectuais e pessoas
preocupadas com o ensino público",

recorda Lúcia.

A greve é marcada por alguns atos conjuntos com o funcionalismo, em Frente ao Palácio dos Bandeirantes. No dia 27 de outubro, por exemplo, os manifestantes são recebidos com violência pela Polícia Militar, que utiliza-se de cavalos, bombas e cassetetes. "Foi a forma democrática encontrada pelo estadista de Pedregulho para recepcionar a comunidade universitária paulista", denuncia um boletim da Adunesp, referindo-se ao governador Quércia.

A greve dura pouco mais de





1994: Manifestação conjunta entre as três universidades em São Paulo. Insatisfação salarial leva a categoria para nova greve...

60 dias e é encerrada no final de novembro de 88. A volta é polêmica, com algumas regionais da Associação defendendo a continuidade, já que os ganhos salariais são considerados baixos. "A volta foi psicologicamente tormentosa para uma boa parte da massa e politicamente desgastante para as direções das entidades, pois parece prevalecer entre a categoria a desagradável sensação de contas não ajustadas" (Boletim da Adunesp, 11/88). Avaliando aqueles momentos agora, Lúcia destaca a necessidade de "termos clareza de propor alternativas à greve quando avaliamos que o momento nos é desfavorável".

Em janeiro de 89, pouco depois da suspensão do movimento, o governo Quércia baixa um decreto impondo a "autonomia" para as três universidades estaduais paulistas. A partir dali, elas teriam que se virar com 8,4% da arrecadação do ICMS. O governador baseia-se numa média do orcamento das universidades nos três anos anteriores para chegar ao índice, mas não leva em consideração a encampação da Universidade de Bauru e do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente, poucos meses antes, que praticamente dobrara o número de alunos da Universidade. Embora tivesse a autonomia como reivindicação histórica, a Adunesp denuncia que a medida do governador poderia "inviabilizar o funcionamento das universidades, as condições de trabalho e o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade" (Boletim Adunesp, 13/89). "Foi o troco que o governo Quércia nos deu pelo enfrentamento firme que tivemos", acredita Lúcia.

Crescem as perdas salariais e o descontentamento da categoria. Nos dias 14 e 15 de março de 89, docentes e servidores aderem em peso à greve geral contra o Plano Verão. As negociações passam a se dar com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, o Cruesp. No dia 4 de agosto de 89, um exemplo de como seriam as reuniões com a entidade nos anos seguintes: o reitor da Unicamp, Paulo Renato Souza, então presidente

do Cruesp e atual ministro da Educação do governo FHC, esmurra mesa e parede, retira-se intempestivamente da sala e diz que não reconhece "perda alguma".

Fórum das Entidades - A concessão da "autonomia" leva à necessidade de um maior entrosamento entre as entidades representativas das três uni-

versidades. Até então, aconteciam apenas reuniões entre as associações de docentes. A partir de 89, começa-se a pensar em algo maior e o Fórum das Seis Entidades, como é hoje, vai se consolidando. A partir de 1991, quando é reconhecida a data-base da categoria, o Fórum passa a ser considerado pelo Cruesp como interlocutor oficial de docentes e funcionários. Desde a sua criação, a direção do Fórum fica sempre sob o encargo de uma das entidades que o compõem. À Adunesp, a tarefa é confiada em três oportunidades: 1991. 1994 e 1996, anos que registrariam grandes greves da categoria.

A transformação da Associação em Sindicato, no final de 90 e início de 91, também é uma necessidade que se coloca para a direção da entidade. Dois anos antes, num congresso extraordinário no RJ, a Andes já havia se transformado em sindicato nacional de docentes do ensino superior público e privado. A proposta de mudanca da Adunesp para



Américo: "A Adunesp optou por fazer parte de um sindicato nacional, o que leva o debate a extrapolar os limites do regionalismo e do corporativismo"



...marcada pela realização de grandes assembléias, como esta, também em SP



Negociações com o Cruesp já se destacavam pela intransigência e insensibilidade dos reitores Macedo (Unesp), Fava (USP) e Martins (Unicamp)

seção sindical da Andes é submetida a um plebiscito entre os docentes em dezembro de 90. "A discussão foi muito rica e durou mais de um ano, envolvendo boletins e visitas às regionais", conta Américo Kerr, hoje docente da USP e, na época, vice-presidente da Regional São Paulo da Andes. "Ao se transformar em seção sindical da Andes, a Adunesp optou por fazer parte de um sindicato nacional, o que faz o debate extrapolar os limites do regionalismo e do corporativismo", explica Américo, que colaborou significativamente para que o processo se consolidasse, na segunda gestão da professora Lúcia Lodi.

Nos últimos anos, a Associação vem aumentando a sua participação nos encontros e congressos da Andes e, em Santa Maria, durante o congresso de 1996, um fato inédito viria a acontecer; a Adunesp participa com todos os delegados a que tem direito.

Arrocho salarial

A situação mal resolvida no movimento de 88 lança a categoria novamente à greve em 1991. Diante da decomposição salarial, as três universidades reivindicam reajuste de 58% em maio, reposição mensal da inflação e um plano de recuperação dos salários. No dia 17 de maio, com a presença de 10 regionais, a Adunesp realiza plenária e a decisão da maioria é por encaminhar a paralisação a partir do dia 20. No dia 24, já há oito câmpus parados. Embora insatisfeita, a categoria encerra o movimento no início de junho, após a contraprosta feita pelo Cruesp (34% para maio e reajuste igual à inflação nos três meses seguintes).

Em 1992, a campanha salarial caminha para a greve mais uma vez.

Frágil, o movimento inicia-se em 28 de maio e dura cerca de 10 dias, sendo parcial nas três universidades. Na Unesp, apenas a metade dos câmpus adere. As principais reivindicações são: 130% para recuperar o poder aquisitivo de janeiro/89 e reajuste mensal de acordo com a inflação medida pelo Dieese. Embora

"reconheça" as perdas, o Cruesp oferece apenas 30% de reajuste.

De 11 de maio a 21 de junho da 94, estoura nova greve nas universidades estaduais paulistas. Quanto aos salários, as reivindicações são de 37% de reajuste para maio e reposição mensal integral da inflação. O aumento do percentual do ICMS - que estava em 9% - também ocupa lugar de destaque na pauta. "Nós queríamos os 11%, que são uma reivindicação histórica, mas os reitores atravessaram e pediram 9,57%", diz Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, presidente da Adunesp de 92 a 94. Era o fim do governo Fleury e a avaliação é de que a conquista poderia ter sido maior: "Não sabemos até hoje de onde o Cruesp tirou aquele índice, pois não nos apresentaram estudo algum", revela. Ela lembra que os frutos salariais foram considerados razoáveis. "Ganhamos primeiro na conversão da URV pelo pico, e não pela média; depois veio o abono de 18%, em julho", enumera Maria Valéria Barbosa Veríssimo, vice-presidente da Associação naquele período.

Durante a greve de 94, os reitores já eram Arthur Roquete de Macedo (Unesp), Flávio Fava de Moraes (USP) e José Martins Filho (Unicamp). Nos materiais de avaliação do movimento, a denúncia de intransigência do Cruesp nas negociações é consenso entre as entidades que compõem o Fórum das Seis.

"Estes senhores vão entrar para a



Maria Valéria: "A greve de 94 contribuiu para aumentar a organização da categoria e trouxe alguns frutos salariais razoáveis"

história" - A frase, estampada na capa do jornal Adunesp Informa (julho/96), revela que, dois anos depois, a postura dos três reitores é a mesma: "demagogia, truculência e cumplicidade com o sucateamento da universidade pública". A denúncia refere-se à conduta do Cruesp durante a greve de 1996, ini-

As principais greves

1979

As très universidades param por 41 dias, junto com o funcionalismo público estadual. Pedem "70% + 2 mil" e levam "30% + 2 mil"

1988

No último movimento conjunto com o funcionalismo, a reivindicação é de 85% de reajuste no trimestre, além de mais verbas para as universidades. Param por mais de 60 dias e lançam o "SOS Universidade". Da greve, resulta o decreto da "autonomia".

1989

Categoria adere à greve geral e pára nos dias 14 e 15 de março.

1991

As três universidades param por cerca de 10 dias, reivindicam 58% de reajuste para maio e levam 34%, além da garantia de reposição da inflação nos três meses seguintes.

1992

Nova greve. Desta vez, é parcial na Unesp. USP e Unicamp, durando cerca de 10 dias. Diante de uma reivindicação de 130%, o Cruesp oferece 30%.

1994

Movimento dura de 11 de maio a 21 de junho. Categoria pede 37% de reajuste e leva abono de 18%. Produto da luta na LDO, o percentual do ICMS passa de 9% para 9,57%.

1996

Reivindicando "maio/95 + 18%", servidores e docentes param novamente. O Cruesp propõe apenas 7,63%. Com a adesão dos estudantes, movimento conquista aumento de verbas na LDO. ciada em 27 de maio e encerrada no final de junho.

Os grevistas pedem a reposição das perdas dos últimos 12 meses (recuperação de maio/95 + 18%),
definição de uma política salarial adequada e, mais uma vez, 11% do ICMS
para as universidades. A greve é marcada por fortes mobilizações nas universidades e nas ruas. A adesão massiva dos estudantes garante a realização
de grandes atos na Assembléia Legislativa e em frente à reitoria da Unesp,
como no dia 4 de junho.

Mesmo com a paralisação encerrada, a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no dia 27 de junho, é realizada em meio à presença de milhares de estudantes (boa parte da Unesp), servidores e docentes das três universidades e do Centro Paula Souza.

Pela primeira vez em toda a sua história, a reitoria da Unesp paralisa as atividades.

Desconhecendo o forte arrocho salarial que se abate sobre as universidades, o Cruesp fixa o índice de maio em apenas 7,63%. Uma das vitórias da luta é a retirada da emenda do deputado Vaz de Lima (PSDB), que propunha ensino pago nas universidades estaduais públicas. Outra conquista fica por conta do descongelamento dos 9,57% durante as votações da LDO (os

recursos de 1996 haviam sido praticamente igualados aos de 1995). Mais uma vez, a batalha pelos 11% do ICMS às universidades é "atravessada" pelos reitores, que limitam-se a reivindicar os 9.57% integrais. "O reitor da Unesp ignorou a indicação do Conselho Universitário, que apoiava os 11%", denuncia Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, diretora na atual gestão."Isso foi uma grande traição", diz ela.

O presidente atual, Emanuel Rocha Woiski, acredita que um dos grandes avanços da greve tenha sido "a consolidação da importância que o debate sobre a LDO tem para a comunidade universitária". Ele considera "fantástica" a participação no movimento. "Demos um exemplo de organização e luta que, certamente, servirá de/ parâmetro para as próximas mobilizações"



Greve de 96 deixa como marca a realização de grandes manifestações



1996: Manifestação em Bauru retrata o grande envolvimento dos estudantes na luta por mais verbas para o ensino público



Eleições para reitor em 92: novos métodos, participação redobrada

A participação e a mobilização da comunidade foi forçando a Universidade a trilhar, cada vez mais, o caminho da sua democratização. Assim acontece em 1992, na sucessão do reitor Paulo Mílton Barbosa Landin. Os candidatos são Arthur Roquete de Macedo (Botucatu) e Antônio César Perry (Araçatuba). "Tínhamos um quadro de pessoas novas participando da Adunesp e dos órgãos colegiados, o que nos permitiu intervir no processo", conta Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, presidente da Associação naquele ano. "Exigiamos paridade na consulta, transparência, debates, composição de chapas com programas, entre outros", enumera.

Junto com o Sintunesp e o DCE, a Adunesp consegue organizar um calendário de debates na maior parte dos câmpus. "Assim como hoje, a paridade era uma das maiores polêmicas e sabíamos que havia setores da categoria docente que eram contrários, mas conseguimos conquistá-la naquele momento", explica Sueli. Ela faz questão de ressaltar que a participação da Associação não

Sueli: "Em 92, já exigiamos paridade, transparência, debates, entre outros"

visava apoiar qualquer um dos candidatos. "Naquele momento, creio que a Adunesp tenha conseguido se diferenciar da etapa anterior, deixando clara a sua independência em relação à reitoria", conclui.



A "universidade do possível" e os desafios da Adunesp no próximo período

As perspectivas de atuação para a Associação no momento em que a destruição do ensino público é uma ameaça constante e as conquistas da categoria correm o risco do retrocesso

"Como deve atuar a Universidade, quais são as suas relações com a sociedade, qual é o seu papel, qual é o nosso papel?"

Estes questionamentos, lenvantados pelo professor Nilo Odália, certamente podem ser encaixados em qualquer momento destes 20 anos que nos separam da criação da Unesp e da sua Associação dos Docentes. As grandes questões que afligem a Universidade - os ataques ao ensino público, a falta de verbas, a ausência de uma política educacional voltada à maioria da população, o acesso elitizado, entre

tantas - dizem respeito diretamente à entidade sindical dos professores. E será que ambas, Universidade e Associação, caminham na perspectiva de abraçar este debate e buscar soluções?

Telmo Correia Arraes acredita que sim. Otimista, ele vê força na comunidade universitária para lutar pela manutenção e ampliação do ensino público, que "deve ser a grande bandeira dentro da Universidade". Ele enxerga uma decadência no ensino e nos serviços prestados, por conta do arrocho de verbas, mas não deixa de apostar no vigor daqueles que fazem o diaa-dia do ensino público.

José Énio Casalecchi questiona a participação da Universidade, enquanto instituição, nas questões nacionais. "Eu vejo a CUT, a OAB se posicionarem... mas não vejo a Universidade", critica. Para ele, a principal razão está na predominância da "luta eminentemente corporativa". Ulysses Guariba concorda e faz a relação direta com a Associação. Com o passar dos anos, ele crê que a Adunesp tenha perdido um pouco do horizonte sobre o debate de uma política educacional mais ampla. "Hoje, as reivindicações são meio cegas; não se vê com clareza o que há por trás do arrocho salarial, da falta de verbas...", diz Guariba.

Outro que também vé uma mudança no perfil das lutas é Geraldo Balestriero. Ele acredita que isso esteja ligado às diferentes conjunturas em que as batalhas acontecem. "No início da Associação, o pessoal estava mais motivado, pois havía a vontade comum de desmontar a ditadura, tanto na Universidade como no país". Valéria concorda e lembra que nos anos 70 e 80 o autoritarismo e a intervenção nas universidades eram muito fortes, "o que favorecia uma politização maior". Hoje, ela conclui que a aplicação da política neoliberal empurra as pessoas para a busca das soluções individuais.

Sueli Guadelupe discorda da avaliação de que o Sindicato tenha assumido um perfil corporativista, mas

constata a dificuldade, enquanto direção, de fazer o elo entre a discussão política mais ampla e as questões internas na atual conjuntura. Ela lembra um ciclo de debates sobre "Cidadania e serviços públicos", promovido pela Associação e pela Regional São Paulo da Andes, em 1995, nos câmpus de Bauru, Jaboticabal, Rio Claro e Rio Preto. Nem mesmo a importância do tema conseguiu garantir uma presença expressi-

Falta de estrutura

As primeiras seis gestões da Adunesp - durante cerca de 12 anos - são marcadas pela falta de estrutura. Não há sede, funcionários, imprensa regular... nada que possa facilitar o trabalho dos dirigentes. "A sede acabava sendo o campus do presidente em exercício", conta Ulysses Telles Guariba Neto, o primeiro a dirigir a Associação. "Púnhamos dinheiro do bolso, porque não havia recursos", revela Nilo Odália, o segundo presidente. "Não tínhamos secretária, ramal de telefone, máquina de escrever, nada", resume Geraldo Élvio Balestriero, presidente de 86 a 88.

A partir da primeira gestão de Lúcia Helena Lodi, as coisas mudam um pouco. "A sede em São Paulo começou na minha gestão", orgulha-se ela, citando uma sala na rua Paulo Egydio. Mas os problemas ainda são grandes naquele momento, pois boa parte da estrutura material pertence à reitoria. "Quando assumimos, tive vontade de chorar", arrepia-se Maria Valéria Barbosa Veríssimo, vice na gestão 92/94. "Tínhamos que fazer tudo, inclusive ficar horas e horas em filas de banco", diz. "Aos poucos, fomos equipando minimamente a sede com máquina de escrever, fax, cadeiras

ADUNESP CFORMA AND

Jornal de Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical da Andes - Nº 1 - Ano 1 - Março

9 meses de reajuste zero

Nosso jornal, nossa conquista

desse de que une consti de observar da Unesp.

de oper une consti de observação, o Adanesque
aflarma presende see um versale de debuser nobre
a principais quanties que dicion respecte à categoa à Universidade e à sociedade roma um talo. O
acual e sur aum talo. d e, sem devide produte de consolulação do vicação dos docentes y do forçalecimento da m ands. Or recursive year formalist immune da en ands. Or recursive que o manurelas vivos ada princi-ntes dos proppisos sandes all'endos, atmospé da con-miqui de mensada de l'Illi de area solutione, composi-nazion, ama data principales deliberocaphes de 18 grantos de Aduntago-Stond, realizado em 1994. Sabetin al la composição de la composição ama sondas. Endos o media en Replanda que associa por estados diversas, implementado letinaria dos aste de Antas, Basara, Adunticados di Bross Characteria, Martina, Rico Claim e Salva do Bas Petro to de 2000.

contract etc catepaterio de atrividades pero nicios da compostra natural 96. A date base da categoria el 1º de maio de o pratos para a colonga de posta nesticada de avivontesque a colonga de posta nesticada de avivontesque e 30 de mayo. Apona, é inspendone que deventos e foncamientos facatras.

12 a 2003 - Benitração de assembleras locais 22/2 - Nova reacido do Fóreiro, em 50- lo 10, pera roletar perpostas 22 a 27/2 - Novas assembleras focais para

Oficio ao Cruesp

ço dos que robalham", du e ruosa Asse Dobkodal Bersja

Março/96: primeira edição do Adunesp Informa reflete avanço organizativo da Associação

etc", lembra Valéria.

A situação só melhora, de fato, a partir da implantação da mensalidade de 1% e da regularização do repasse das regionais, conquistada com a realização do segundo congresso da Associação, em 1994 (leia mais no box "Categoria realizou dois congressos). "Uma figura que tinha muita clareza sobre a importância da organização e que nos ajudou bastante foi o Américo Kerr, diretor da Andes naquele período", cita Sueli.

Imprensa - Os materiais de divulgação podem ser considerados um retrato fiel da evolução estrutural da Adunesp. No início, eram esparsos boletins xerocados. "O pouco que tinha era feito por nós, com colaboração do pessoal das regionais", testemunha Telmo Correia Arraes, o quarto presidente. Balestriero credita a ausência de materiais periódicos à questão financeira e de organização. "O que nós tínhamos eram duas pessoas que corriam para todo lado, tentando fazer tudo".

Boletins mais periódicos só viriam a ser elaborados a partir de 1988, mas sempre de maneira sofrível. "A gente tinha que escrever o boletim, digitar, corrigir, levar para a gráfica, negociar o pagamento e... ufa (!) enviar para as regionais", lembra Sueli. Reflexo do avanço financeiro e organizativo, surge em março de 96 o Adunesp Informa, formato tablóide, o primeiro jornal periódico nestes 20 anos de Associação.

SETEMBRO/96 REVISTA ADUNESP

Categoria realizou dois congressos

Desde que foi criada, a Adunesp realizou dois congressos. O primeiro acontece em 1987, entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro, no campus de São José do Rio Preto. Na pauta, estão questões como: balanço das lutas travadas; salários; democracia e eleições; os colegiados e avaliação da Universidade. Sobre este último tema, o presidente da Adunesp naquele período, Geraldo Élvio Balestriero, acredita que, ainda hoje, "as autoridades brasileiras têm reduzido o problema a uma simples avaliação dos docentes, que é feita através da progressão de carreira, concursos, teses etc". Ele considera que isso ocorre para "evitar que haja uma verdadeira avaliação da universidade, que mostraria o absurdo que é a educação no país".

"A participação foi muito boa, com representantes de praticamente todas as unidades", lembra o ex-presidente. O balanço das atividades da Associação ocupa boa parte dos debates do congresso e aponta problemas que continuariam a atormentar as diretorias seguintes. "A rigor - dizia um texto de análise - a Adunesp é sustentada pelas regionais de alguns câmpus pequenos e pelos próprios diretores, que põem dinheiro do bolso para cumprir obrigações assumidas".

O segundo congresso viria quase sete anos depois, em plena greve da categoria, durante o mês de junho



O seminário em Botucatu (dezembro/93)...



... que preparou o Il Congresso da Adunesp, em Jaboticabal (junho/94)

de 94, no campus de Jaboticabal. Antes, em dezembro de 93, um seminário
- "Representação e organização política da Adunesp: Sindicato" - é realizado em Botucatu para preparar a pauta e
organizar a atividade. Deixam de participar apenas as regionais de Araçatuba e Instituto de Artes. A atividade conta com a participação de representantes
da CUT estadual, Andes, Adusp e
Adunimep.

Sueli Guadelupe de Lima Mendonça e Maria Valéria Barbosa Veríssimo, respectivamente presidente e vice da Associação naquele ano, consideram que a questão da reestruturação política e organizativa da entidade foi o principal assunto em debate. "Até então, vivíamos a contradição de termos uma associação reconhecida por sua inserção no movimento sindical e nas questões mais amplas da sociedade, mas desestruturada para desempenhar um papel mais profissional nas lutas", diz Sueli. "Quando passamos a ser seção sindical, vimos que o impasse não poderia continuar e decidimos dedicar todas as nossas energias para levar a discussão à categoria", completa.

"Chegamos a ser acusadas de burocratas", diz Valéria, lembrando-se dos acirrados debates em torno da proposta de implantação de contribuição sindical a 1% do salário do docente, com repasse de metade da arrecadação das regionais à Adunesp Central. "O que estava em pauta, na realidade, era a concepção de sindicato, se deveria ser apenas uma sede social ou fazer luta política", acredita Sueli. "Se é para fazer luta política, como nós defendíamos, era preciso viabilizar a questão financeira, o que não havia sido atacado de maneira mais firme pelas gestões anteriores", emenda.

A proposta de 1% é aprovada e, junto com ela, um cronograma de implantação nas regionais, que passa a ser reavaliado periodicamente em plenárias. "Houve penetração daquele debate, pois hoje temos 10 entre 13 regionais regularizadas", comemora Valéria.

va. "A categoria mostra-se apática aos debates mais amplos", conclui.

Woiski joga lenha na fogueira. "Boa parte dos docentes apostou suas cartas em Fernando Henrique como sendo o ápice do desenvolvimento da democracia no país e, hoje, o vê destruindo a universidade pública", diz. "Mas eu creio que isso seja bom para mostrar que o ideário neoliberal das saídas individuais é uma falácia. Num certo momento, tem fim. Eu prefiro apostar no ser humano, que é solidário e busca, mais cedo ou mais tarde, o coletivo", prevê. Woiski vai mais longe: "Eu não quero a universidade do possível, que é a naturalização da competividade e da produtividade. Eu não que-

ro a moralização da flexibilização do RDIDP; eu o quero de volta, com um bom salário, com dignidade do trabalho docente e com o resgate da função social da Universidade e do ensino público. Se a Adunesp concentrar suas forças nesta luta, creio que estará no caminho certo"

Universidade e movimento docente

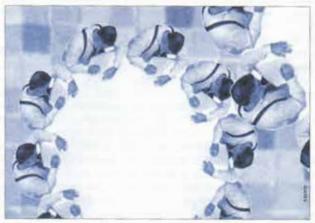
Por Américo Kerr *

As universidades operam na fase mais avançada do processo educacional. Trabalham com conhecimentos de fronteira, participando do desenvolvimento do saber científico, cultural, artistico e tecnológico da sociedade. Mas, qual é a realidade do sistema universitário brasileiro e como a organização autônoma dos docentes vem enfrentando as políticas explícitas ou dissimuladas que têm corroído o ensino superior brasileiro?

Em torno de 1964, cerca de 70% da oferta de vagas para ensino de 3º grau eram em instituições públicas. Hoje, esta relação inverteu-se. Houve um evidente desmonte da gratuidade do ensino superior, mas não pela introdução de mensalidades nas instituições oficiais, como tantas vezes foi tentado. Enquanto lutamos anos a fio por uma universidade pública gratuita e de qualidade, sucessivos governos federais e estaduais tiveram uma ação deliberada de restringir a expansão da rede pública, estimulando a mercantilização da educação de nível superior.

Mas o problema não se limita à gratuidade do ensino. São evidentes as deficiências na maioria absoluta das instituições privadas de 3º grau. Operam como verdadeiros colegiões, sem condições estruturais mínimas de laboratórios didáticos ou bibliotecas, quanto menos para o desenvolvimento de pesquisa e de serviços de extensão universitários.

Em um país carente em recursos humanos capacitados, seria indispensável que os poderes públicos estimulassem o desenvolvimento das diferentes áreas do saber. Cada região deveria estar capacitada a tratar suas características específicas, para poder aproveitar adequadamente a diversidade de recursos naturais que dispomos e, também, respeitar nossas diferenças culturais.



O argumento dominante, exposto por diferentes governos, é de que os recursos financeiros seriam suficientes para cuidar da educação brasileira, porém são mal gerenciados. Não há dúvida quanto à gestão inadequada de recursos. Mas o Brasil tem investido apenas cerca de 4% do PIB (Produto Interno Bruto) em educação e 0,5% em ciência e tecnologia. Países que conseguiram superar suas carências educacionais aplicaram entre 7 a 10% do PIB em educação e aqueles que adquiriram capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico aplicam cerca de 1,5% nesta área.

Percebemos dois tipos de ações para o ensino superior brasileiro, aparentemente contraditórias. De um lado, o mencionado estímulo ao tratamento da educação como mercadoria, não havendo preocupação quanto à qualidade oferecida (1). De outro, investe-se contra a autonomia universitária e os avanços democráticos conquistados por algumas universidades públicas, a título de defesa da qualidade acadêmica e de uma gestão meritocrática.

A carência de recursos cria um meio de cultura próprio para o desenvolvimento de contendas internas às universidades e, muitas vezes, alimenta a ilusão de que, sob o império da meritocracia, os recursos passarão a fluir abundantemente.

Entendemos que estas politicas governamentais têm representado duas faces de uma mesma moeda, cunhada sob a máxima propalada por Roberto Campos: "Não se ganha campeonato internacional de basquete com time de anões." Ou seja, para o Brasil e outras nações eufemisticamente tratadas como "em desenvolvimento" reserva-se o papel de gandulas no jogo econômico internacional. Sob este ponto de vista, é um desperdício de recursos a manutenção de um sistema universitário capaz de contribuir para um projeto de de-

senvolvimento autônomo e auto-sustentado de nossa sociedade. O modelo de colegiões seria suficiente para treinar pessoal para operacionalizar tecnologias e pacotes culturais produzidos nas economias centrais.

Sem gestão democrática das universidades e o fortalecimento de nossas organizações sindicais, dificilmente teremos capacidade de enfrentar estas diretrizes. Elas são inibidoras de um sistema universitário brasileiro, que seja partícipe do desenvolvimento econômico e social do país.

A organização dos docente das Instituições de ensino superior

Por ocasião do II Congresso da Adunesp, em 1994, realizou-se uma boa discussão sobre este tema, a qual gostariamos de resgatar.

As Associações de Docentes (ADs) de instituições de ensino superior brasileiras constituíram-se ao final da década de 70, num momento em que se travava uma luta intensa e frutífera contra a ditadura militar de 64. As ADs foram o instrumento através do qual os docentes das instituições de ensino superior, enquanto categoria profissional, participaram destas mobilizações. Enfrentamos as prisões, torturas e cassações políticas, resgatando as eleições diretas e interferindo no processo constituinte que estabeleceu uma série de avanços políticos e sociais na

(1) - Apenas a ingenuidade ou a mâ-fé poderiam alimentar a consideração de que a introdução do exame de final de curso, como está proposto atualmente pelo governo federal, possa ter conseqüência enquanto instrumento para controlar a qualidade da educação de 3º grau no país. Caracteriza-se, isto sim, como ato de irresponsabilidade. Há parâmetros acadêmicos muito definidos para se avaltar as condições de ensino em uma universidade. O governo omite-se nesta tarefa, manifestando que pretende examinar o aluno depois de quatro ou mais anos de estudo para, eventualmente, informá-lo que a instituição que cursou não o formou adequadamente. Sem nos estendermos sobre o tema e dentro da lógica mercantilista imperante, o mínimo que se pode dizer é que isto é um desrespeito aos direitos do "consumidor".

Constituição brasileira.

A fundação da Andes - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - em 1981 possibilitou uma ação nacionalmente articulada de nossa categoria. Conquistada a liberdade de organização sindical na Constituição de 1988, ela transformou-se no nosso Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, em novembro daquele ano.

Não é possível escrever a história da educação brasileira sem mencionar a ação da Andes - Sindicato Nacional, assim como não é possível tratar da história das principais universidades brasileira sem considerar a atuação de suas Seções Sindicais. A despeito de estarmos distribuídos por diversos recantos do país, a solidez de nossas relações advém de uma prática de trabalho fundamentada nos princípios de autonomia e democracia. Autonomia em relação a credos religiosos, partidos políticos e poderes institucionais, sejam esses administrações universitárias ou governos. Democracia porque nossas deliberações e diretrizes de trabalho são definidas em assembléias e instâncias de representação democráticas como conselhos de representantes e congressos.

Merece destaque o fortalecimento observado pela Adunesp-Seção Sindical nos últimos anos. Ganhou status de sindicato, tornando-se uma seção da Andes/SN. Regularizou sua participação na CUT (Central Única dos Trabalhadores), acompanhando seus eventos. Desenvolveu uma estrutura orgânica mais profissionalizada.

Apesar de sua fragmentação em múltiplos câmpus, ou até mesmo em função disso, a Unesp tem demonstrado uma significativa capacidade de pressão política em São Paulo. Este espalhamento geográfico talvez lhe tenha conferido uma maior consciência de sua responsabilidade social, o que se associou ao dinamismo e combatividade de sua comunidade.

Na perspectiva de ampliar a capacidade de intervenção dos docentes, é muito importante que se consolidem todas as iniciativas definidas no Il Congresso da Adunesp-Seção Sindical e sustentadas por sua plenária. Deve-se dar uma particular atenção à superação de regionalismos e à estabilização econômica da entidade. O desempenho de qualquer entidade fica limitado sem infra-estrutura ou recursos financeiros seguros e adequados.

Defendemos a educação, C&T e a democracia

As questões mais gerais, normalmente, são coordenadas pela direção nacional de nosso sindicato. No passado recente, destacamos: participação ativa no movimento pelo impeachment de Collor, atuando nos comitês de
luta regionais e compondo a coordenação nacional do movimento pela ética na política; participação nas negociações da CUT durante o governo Itamar; encaminhamento de pauta específica de negociação com o MEC e o Ministério de C&T; atuação no Congresso
Nacional contra a revisão constitucional
em curso e pela continuidade de sua
regulamentação, especialmente no que
tange à LDB (Lei de Diretrizes e Bases
da Educação Nacional).

Neste momento, empreendese um grande esforço de resistência às reformas do governo FHC no campo educacional. Algumas delas são criminosas. No que tange ao ensino, o MEC trabalha sobre o princípio do adestramento, separando a formação geral do treinamento técnico - desmonta o que restava de ensino de 2º grau público decente. Para as universidades, o governo tenta destruir o princípio da autonomia universitária, instituindo a política do "vire-se". Sua emenda sobre autonomia remete a regulamentação deste princípio para a legislação ordinária e exclui as universidades estaduais e municipais do texto constitucional.

No plano regional, tem sido importante uma atuação integrada entre as três universidades, especialmente através do Fórum das Seis Entidades (atualmente coordenado pela Adunesp-Seção Sindical). Ainda que o poder aquisitivo de nossos salários esteja muito distante de seus melhores patamares históricos, é inquestionável o papel determinante que nossa ação articulada tem desempenhado para resistir às continuadas tentativas de nos impor um rebaixamento salarial ainda maior e, ao mesmo tempo, sustentar uma luta pela recuperação das perdas acumuladas. É inegável também o esforço que temos desenvolvido por um maior percentual de recursos orçamentários para as universidades e para a educação em geral.

Nesta luta, especificamente, tem sido evidente o empenho da comunidade da Unesp, tanto no momento em que se ampliou de 8,4% para 9,57% do ICMS o percentual destinado às universidades estaduais paulistas, quanto neste ano, em que foi necessário superar o congelamento proposto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) apresentada pelo governo Covas. Esta é uma luta que persiste, pois o objetivo é conquistar 11% para as universidades, além de 1% para o ensino técnico do Centro Paula Souza e 30% para o 1º e 2º graus.

A participação na CUT e a defesa da educação Há cinco entidades nacionais do setor da educação na CUT:

Andes/SN - docentes das instituições de ensino superior.

CNTE - trabalhadores em educação do 1º e 2º graus públicos.

Contee - docentes do ensino privado. Fasubra - servidores técnicos do ensino superior.

Sinasefe - trabalhadores de escolas técnicas federais.

Elas estão organizadas no DNTE (Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação) que faz parte da estrutura vertical da Central. Sete representantes de sua coordenação participam das reuniões da Direção Nacional da CUT.

É inquestionável o papel que a central sindical tem hoje para defender os interesses mais gerais dos trabalhadores. O recente episódio sobre a reforma da Previdência foi apenas um exemplo do quão importante é participarmos ativamente de todas as suas instâncias de deliberação e interferirmos no processo de escolha de sua direção. Infelizmente, esta é uma falha que nosso sindicato aínda não conseguiu superar - há um número grande de Seções Sindicais da Andes/SN que não estão regularizadas com a CUT e não participam de seus eventos.

As disputas entre diferentes projetos e visões sociais, como não poderia deixar de ser, também se desenvolve no interior da Central. É fundamental que estejamos presentes dentro dela, resistindo à burocracia do movimento sindical e apoiando diretrizes que fortaleçam nossa luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária.

Um aspecto importante que teremos que enfrentar no próximo período será a própria continuidade do DNTE. Algumas entidades querem extingui-lo ou tranformá-lo em uma Confederação da Educação. A Andes/SN tem sido contrária a estas duas posições. No primeiro caso, seria um total retrocesso organizacional e, no segundo, tem-se o inconveniente da manutenção de traços da velha estrutura sindical introduzida pelo Getulismo e que temos combatido. Mesmo com estas pendências internas, todas as entidades do DNTE reconhecem que hoje devemos ter como prioridade a promoção da Campanha Nacional em Defesa da Educação. Ela não é apenas uma campanha do Departamento, mas foi assumida por unanimidade pela CUT. Há uma forte consciência das diferentes categorias que sem educação os trabalhadores não têm futuro neste país.

* Américo Kerr é docente da USP e ex-diretor da Andes

Democracia e participação na Unesp

Por Cândido G. Vieitez *

Desde a Revolução Francesa, a questão da democracia tem estado na pauta das preocupações da sociedade. No entanto, as principais correntes de pensamento que, de algum modo, fazem da democracia sua pedra angular, têm até agora posto toda a sua ênfase na democracia política, não dando maior importância, ou, deixando para "depois da tomada do poder", a questão da democracia nas organizações.

Não que a idéia de democracia econômica, bem entendido, não tenha tido importância social. A democracia econômica, sob a rubrica de autogestão, foi uma das palavras de ordem que animou o movimento de massas no primeiro quartel deste século.

Seja como for, nas décadas subsequentes, o tema perdeu força entre as massas, enquanto que no plano político, ideológico e teórico, o mesmo permaneceu circunscrito a grupos relativamente restritos de militantes.

Este assunto voltaria a adquirir uma certa visibilidade a contar do fim dos anos sessenta, com as grandes agitações estudantis, com as movimentações operárias que se subseguiram em vários países da Europa, com a crise econômica, a globalização, a nova revolução industrial, o desmoronamento de uma parte dos países socialistas e, finalmente, com a própria crise programática e organizativa que atingiu o movimento de massas.

No que consistiria a democracia econômica ou a democracia nas organizações?

Uma das maneiras possíveis de se colocar o problema de modo sintético é afirmar que a democracia nos locais de trabalho passa necessariamente pela superação do instituto do assalariamento.

O ponto de partida deste processo encontra-se na intervenção histórica dos trabalhadores, em particular daqueles que são responsáveis pela execução das tarefas nos locais de trabalho, o trabalhador coletivo. Neste sentido, os principais obstáculos a serem superados são os seguintes: romper



com o caráter de mercadoria da força de trabalho, sujeita aos ditames do mercado, e das relações mercantis de compra e venda; suprimir a exploração econômica real ou potencial; erradicar a histórica clivagem existente entre tarefas de concepção e execução; redefinir a rígida hierarquia de comando de formato piramidal, obliterando o centro tecnocrático monopolizador da estratégia organizacional e provendo a descentralização das várias funções institucionais com base na criação de coletivos de trabalho; em suma, eliminar a subordinação política em relação aos membros dirigentes das classes dominantes ou seus prepostos - fazendo com que todos possam participar equitativamente da gestão, em particular, do empreendimento em que se trabalha e, em geral, da própria sociedade.

Estas são, abstratamente enunciadas, as condições requeridas para se chegar à efetiva superação do assalariamento, promovendo-se a democracia no mundo do trabalho de um modo abrangente e profundo. Visto do ponto de vista teórico, o empreendimento parece claro. A experiência, no entanto, tem demonstrado que o assunto é imbricado e de realização extremamente dificultosa, mesmo quando se leva na devida conta a magnitude histórica da tarefa.

A luta pela democracia na Unesp

Em fins da década de setenta, a luta da sociedade brasileira em prol da democratização do país havia se intensificado. Na universidade, esta luta mais geral articulava-se com a vontade de promover medidas de democratização na própria instituição.

Este movimento culminaria em dois importantes acontecimentos. Na realização do primeiro congresso autônomo da comunidade universitária, que reuniu representantes dos professores, funcionários e alunos. E na indicação, por parte do governador do Estado, de um reitor que estava aberto a propostas democratizadoras.

O congresso produziu uma proposta de estatuto que não foi integralmente aproveitada. Assim mesmo, o seu substitutivo, apresentado pelo reitor ao Conselho

Universitário, não deixou de incorporar algo do espírito e das demandas que se encontravam naquela primeira proposta.

Algumas das principais modificações introduzidas por esta primeira grande reforma acadêmico-administrativa, que se encontram consagradas no atual estatuto, são as seguintes: 1) foram criados novos colegiados, como o Cade, por exemplo; 2) os critérios censitários para participação no poder executivo e nos órgãos colegiados foram atenuados; por exemplo, o título de doutor passou a habilitar condidaturas à direção das unidades ou à chefia de departamentos; 3) estabeleceram-se critérios de representação mais universais no que tange à participação nos colegiados de natureza política, como por exemplo no CO, no qual a representação por categoria docente foi substituída pela representação por campus e sem exigência de titulação; 4) o nível de igualdade de representação política melhorou, uma vez que foi ampliado o número de representantes de funcionários e alunos nos vários órgãos deliberativos; 5) estabeleceram-se eleições diretas para a ocupação de vários cargos, nomeadamente os diretores de unidade.

Um fato que não se pode deixar de mencionar é a escolha do reitor pela comunidade através de um processo que, na prática, tem sido uma "eleição paritária". Este dispositivo não se encontra na atual carta magna da Universidade, de modo que o seu uso oficioso e reiterado é um sintoma bastante claro de que, para além das regras formais, implantou-se um novo ambiente organizacional.

Com a obtenção da autonomia de gestão financeira, conseguida no governo estadual subsequente (1989), novos elementos positivos incorporaram-se à vida da instituição. O papel de professores, funcionários e alunos como gestores da universidade ampliase. Surgem novas prerrogativas e também novas responsabilidades. A necessidade de auto-administrar os recursos disponíveis, de prestar contas ao governo e de fazer frente às reivindicações sindicais, faz com que se elabore um orçamento que em pouco tempo torna-se público. Melhora a transparência dos procedimentos administrativos e as várias instâncias de tomadas de decisões passam a ser respeitadas. Algumas medidas de descentralização administrativa são efetuadas, permitindo que os câmpus ganhem em autonomia, participação e dinamismo administrativo. A Universidade "erudita" e algo "torre de marfim" vai dando lugar a uma outra que busca uma forte interação com os vários setores da sociedade civil e do Estado. O Cruesp, ainda que com visíveis dificuldades, urde os primeiros fios de uma relação cooperativa entre as três universidades públicas paulistas, prefigurando o possível desenvolvimento de potentes relações de solidariedade e associação.

Enfim, tentando resumir todas essas transformações numa fórmula, podemos dizer, um pouco toscamente, que de um sistema político-administrativo de representação restritiva, de raiz estamental, a Unesp evoluiu para um regime democrático de representação ampliada com um certo nível de participação direta.

Democracia incipiente

Observada a vida social no seu conjunto, não há dúvidas de que a Unesp, juntamente com mais um "punhado" de organizações "irmās" ou conexas, é hoje uma das instituições na qual a democracia mais avançou. Não há nesta constatação, porém, motivo algum para ufanismos, uma vez que se tivermos em conta os problemas a serem resolvidos verificaremos que se está no início de um caminho que, certamente, deverá ser longo e acidentado.

Com efeito, apesar do já obtido em termos de democracia e participação, alguns problemas evidentemente rotundos, remanescentes do estágio anterior de organização, continuam a desafiar a vontade democratizadora da comunidade. Mencionaremos, sem qualquer pretensão hierarquizadora, os seguintes: a) é inegável o avanço conseguido na questão da construção e transparência do orçamen-

to. Ainda assim, a universidade não tem até hoje um orçamento geral digno desse nome (por exemplo: os recursos captados nas unidades não integram a atual peca orcamentária); b) ignorando uma técnica organizacional que conta com uma trajetória de quase cinco séculos, de grande valia como referencial para a tomada de decisões estratégicas, não se conta com um sistema de cálculo de custos; c) nada se fez para alterar a estrutura dual de organização de trabalho, que mantém o setor administrativo, estrito senso considerado, dentro do mais convencional burocratismo organizacional, o que nada contribui - ao contrário - para o desenvolvimento educacional, profissional e político dos funcionários; d) decisões estratégicas necessárias, de grande importância, como por exemplo, os programas de informatização e de difusão de ciência e tecnologia, são implementados diretamente pelo executivo mediante simples comunicação aos órgãos colegiados; e) uma política de desenvolvimento da universidade - e não simplesmente de crescimento - que contemple a subtração das grandes desigualdades historicamente constituídas entre as unidades universitárias não foi formulada até agora; f) a política de investimentos continua sendo privativa da reitoria mediante negociações diretas com os diretores, ao invés de se realizar mediante critérios comunitariamente estabelecidos, enquanto que o próprio custeio, apesar dos índices históricos estabelecidos, está sujeito a "manejos" circunstanciais que geram dúvidas e desconforto; g) por fim, atuando sobre toda a estrutura, com incidência sobre os tópicos citados e muitos outros assuntos, encontramos uma geopolítica subsidiária do período dos institutos ainda vigorosa, que devido à sua força centrífuga e particularista, constitui um dos entraves à adoção de políticas democráticas e administrativamente racionalizadoras.

Todas essas questões afligem a todos aqueles que se preocupam com a democracia. Elas certamente podem gerar contradições e tensões organizacionais eventualmente capazes de problematizar fortemente o "modelo" existente. Mas, se seguirmos esta linha de raciocínio, caberia mencionar questões aparentemente capazes de gerar um impacto problematizador ainda maior. Referimo-nos sobretudo à política salarial, hoje de responsabilidade praticamente exclusiva da reitoria e do Cruesp. Como toda esta problemática ultrapassa de muito o âmbito destas linhas, limitamo-nos a deixá-la sob a forma de umas poucas indagações: A obra

democrática já estabelecida não estaria sendo comprometida pela ausência
de contrapartidas econômicas adequadas para os trabalhadores? Será possível avançar com êxito na construção
do "modelo" de organização democrático sem que as políticas institucionais
estratégicas, no que se inclui com relevo a questão salarial, emanem da participação direta dos trabalhadores, bem
como da deliberação dos organismos
colegiados democraticamente estabelecidos?

Possibilidades de mudanças

Como qualquer outra instituição, a Universidade encontra-se transfixada pelos problemas estruturais fundamentais que vigem na própria sociedade. A instituição está sujeita aos mesmos conflitos originários da presença das classes sociais - e, também, naturalmente, a vários outros- que continuam a existir, apesar de que uma das "lendas" mais difundidas atualmente propale a inexistência desses conflitos.

O futuro democrático da Universidade não é absolutamente automático, pois ele dependerá do vetor de composição das forças político-ideológicas presentes, favorável ou não à democracia.

Além do mais, mudanças institucionais democráticas realmente importantes, como bem o mostra nossa breve história - a reforma do estatuto ocorreu no bojo do movimento de democratização do país, enquanto que a autonomia de gestão deu-se na esteira da mais longa greve realizada pelas universidades paulistas-, soem requerer uma concentração de energia política que normalmente aparece associada à presença de um expressivo movimento social (seja ele comunitário, societário ou ambos).

É neste ponto que entram em cena as organizações coletivas de massa, nomeadamente os sindicatos. Estes não podem, a seu bel prazer, criar qualquer movimento, mas certamente podem contribuir para tanto. Seja como for, os partidários da democracia na Universidade não deveriam esquecer que sem organizações e sem movimento as chances de progresso são muito menores ou até inexistentes - isto sem se falar que de modo algum estão descartados os retrocessos.

* Cândido G. Vieitez é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp, campus de Marília

Universidade, sociedade e movimento sindical

Por José Maria de Almeida *

A grande imprensa tem se esmerado em uma sórdida campanha contra o ensino público de terceiro grau. O conteúdo geral das matérias e mesmo das "pesquisas" publicadas induzem a culpar a universidade pública pelo caos dominante no ensino de primeiro e segundo graus. Os investimenos que faltam no ensino fundamental estariam sendo desperdicados nas univer-

sidades onde estudam apenas aqueles que têm dinheiro e não precisariam da escola pública.

Por trás dos "argumentos" da imprensa, escondem-se, na verdade, objetivos bem diversos de recuperar o ensino de primeiro e segundo graus. Primeiro, escondem o fato de que o governo investe muito pouco na educação como um todo e quer, com a reforma educacional, desqualificar a defesa da universidade pública, com a alegação de que os alunos que aí estudam não precisam de ensino gratuito. Fosse honesta a preocupação dos jornais, deveria ser feito um duro ataque às condições sociais e econômicas desse país, que geram tamanha distorção, defendendo assim o ensino público para a juventude trabalhadora.

No entanto, o principal (des)serviço prestado pelos jornais é o questionamento que faz à universidade pública como um bem e uma necessidade social. Tais artigos se inscrevem, então, nos marcos da campanha que já vem sendo desenvolvida pelo senhor Bresser Pereira, ministro da Administração e Reforma do Estado. Bresser Pereira e sua reforma administrativa querem atingir dois objetivos fundamentais: diminuir os gastos com os serviços prestados à população e repassar ao setor privado fatias lucrativas de "mercado" e participação pública, hoje controladas pelo Estado.

Com a desmoralização da universidade pública, pretende-se facilitar a sua privatização, atingindo-se assim os dois objetivos pretendidos pelo governo FHC. Portanto, é preciso destacar a necessidade de uma campanha de desmoralização da universidade públi-



ca para justificar a sua privatização. E isso faz-se necessário justamente porque os serviços prestados hoje por ela se inscrevem entre os melhores que o Estado presta à população. Perdem os alunos, particularmente a juventude trabalhadora que fica sem nenhuma perspectiva de acesso à universidade, perdem os servidores que aí trabalham, que vão ser (ou já estão sendo) atacados em seus direitos.

Mas perde mais a sociedade como um todo, que fica sem o mais importante centro de produção tecnológica do país, condição fundamental para o seu desenvolvimento em um mundo dominado pela tecnologia. Ou alguém tem dúvida de que o setor privado, ao controlar as universidades, vai limitar as pesquisas e desenvolvimento de tecnologias apenas àquilo que lhe der mais lucro? E perde também um centro de formação de professores e profissionais com um mínimo de independência em relação ao poder econômico das grandes empresas. Não há dúvidas de que, cada vez mais, as universidades passarão a ser meros centros de formação de "profissionais", conforme receita preparada pelo poder econômico, e instrumento a ser utilizado em convênios (como muitos que já estão em curso) para implantação da "qualidade total" em empresas.

Visto dessa forma, fica claro porque a defesa da universidade pública é parte importante da luta de todos os trabalhadores e, portanto, do movimento sindical que se reclama combativo no nosso país. Infelizmente, por razões de várias ordens, não há clareza dessa questão, nem nas direções e, muito menos, na base da grande maio-

ria dos sindicatos, mesmo aqueles filiados à nossa Central, a CUT. Só isso explica o relativo isolamento em que nós, servidores federais da área da educação, temos enfrentado as mudanças propostas pelo governo, o mesmo acontecendo com a recente greve dos servidores federais, em que questionamos as reformas neoliberais. É parte importante, então, da luta contra a reforma educacional de FHC, o trabalho de esclarecimento e de convencimento a ser feito entre as próprias organizações dos trabalhadores.

Esse aspecto é muito importante. Sem querer desmerecer a importância da participação de outros setores da sociedade na defesa da universidade pública, é preciso que se diga que é decisivo para a derrota das reformas de FHC que a classe trabalhadora abrace a luta contra elas numa ampla mobilização nacional. Por outro lado, no mundo da economia globalizada, da reestruturação neoliberal, apenas desde o ponto de vista da classe trabalhadora encontra-se guarida para uma defesa séria do ensino público, em todos os níveis.

O movimento sindical de conjunto encontra-se frente ao desafio de compreender essa realidade e dar consequência a essa compreensão. O movimento sindical docente precisa abraçar essa luta, frente ao desafio de se ver definitivamente como parte constitutiva e indissociável do movimento mais geral da classe trabalhadora. Os docentes podem e devem contribuir muito para que se atinja esse objetivo.

> * José Maria de Almeida é dirigente nacional da CUT

Imagens da luta





1 e 2: Manifestações pela posse de Saad como reitor, em 1984



 Ato em defesa da universidade pública (Bauru/1991)







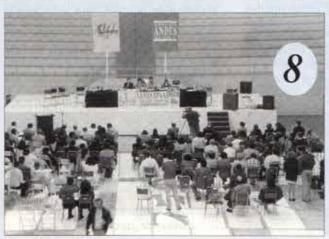


4: XIII Congresso da Andes (Viçosa/ MG, fev/94)

5: Il Congresso da Adunesp (1994)

6 e 7: Greve de 1994 (SP)

8: XXXII Conad, da Andes, (1996)





Imagens da luta

